

MTF/GLO/345/BMG

“CountrySTAT para países da África Subsaariana”



RELATÓRIO PANORAMA I

M O Ç A M B I Q U E

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA

Maputo, Março de 2012

MTF/GLO/345/BMG

“CountrySTAT para países da África Subsaariana”

M O Ç A M B I Q U E

RELATÓRIO PANORAMA I

Elaborado

Por

E. Mónica MAGAUA

Consultora Nacional em Sistemas de Informação e Estatísticas Agrícolas

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA

Maputo, Março de 2012

TABELA DE CONTEÚDO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
1.O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL.....	9
1.1. Estrutura legal e Órgãos Consultivos Estatísticos	9
1.2. Estrutura do Sistema Estatístico Nacional	11
1.2.1. O Instituto Nacional de Estatística	11
1.2.2. O Banco de Moçambique	12
1.2.3. O Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População e Habitação	12
1.3. Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Estatística	12
2.SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA O SISTEMA DE ESTATÍSTICAS AGRÁRIAS E ALIMENTARES.....	16
2.1 Estrutura legal e Órgãos Consultivos para as Estatísticas Agrárias e Alimentares	16
2.2. Estrutura do Sistema das Estatísticas Agrárias e Alimentares.....	17
2.3. Estratégia Nacional para Estatística sobre Alimentação e Agricultura.....	18
2.4. Recursos Humanos disponíveis	19
2.5. Recursos não humanos disponíveis	20
2.6. Política de Disseminação de Dados para Estatísticas Agrárias e Alimentares	20
2.7. Modalidades de promoção de Diálogo Usuário-Produtor.....	21
2.8. Bases de Dados Existentes e Ferramentas e Plataformas de Disseminação	21
2.9.Integração Regional e Assistência Técnica Internacional recebida.....	21
3.DADOS, FONTES DE DADOS, E METADADOS DAS ESTATÍSTICAS SOBRE ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA	23
3.1. Estatísticas sobre as culturas	23
3.2. Estatísticas sobre a pecuária e preços de produtos ao produtor, grossista e a retalho para exportação e importação.....	26
3.3. Estatísticas da Pesca	27
3.4. Estatísticas sobre Florestas.....	28

3.5. Recursos Hídricos.....	29
3.6. Uso da Terra.....	29
3.7. Disponibilidade alimentar para o consumo humano, comércio externo e população	31
3.8. Descrição do sistema nacional de códigos de produtos e	34
3.9. Classificação /nomenclaturas nacionais e ligações para classificações nacionais.....	34
4.VISÃO GERAL DAS NECESSIDADES DO USUÁRIO RELACIONADAS AS ESTATÍSTICAS AGRÁRIAS.....	37
E ALIMENTARES EM MOÇAMBIQUE.....	37
5.EXPECTATIVAS DE CountrySTAT E SINERGIAS COM INICIATIVAS EM CURSO – MOÇAMBIQUE.....	37
6.FACTORES IMPORTANTES PARA O SUCESSO DO PROJECTO CountrySTAT – MOÇAMBIQUE.....	38
ANEXOS.....	39

TABELA DE QUADROS

Quadro 1: As melhores práticas estatísticas recomendadas internacionalmente	15
Quadro 2: Os principais actores da produção das estatísticas agrárias e alimentares no MINAG	18
Quadro 3: Recursos Humanos do Departamento de Estatística do Ministério da Agricultura	19
Quadro 4: Número de explorações por espécie animal segundo tipo de exploração.....	26
Quadro 5: Percentagem da distribuição dos animais por tipo de exploração	27
Quadro 6 : Cobertura de Mangais	28
Quadro 7 : Área reflorestada (hectares) por ano 2006-2008.....	29
Quadro 8 : Aptidão e uso da terra	30
Quadro 9 : Sumário das características chave do sector da agricultura em Moçambique 1999-2000	31
Quadro 10 : Uso de insumos nos anos 2001 a 2003	32
Quadro 11 : Rede de estradas urbanas e classificadas de acordo com o tipo de piso (km) ...	32
Quadro 12 : No de explorações com acesso ao crédito para prática agrícola segundo a fonte de crédito.....	33
Quadro 13: Exemplo da CCIO	35
Quadro 14 : Número de explorações por cultura alimentar básica (1000 explorações)	40
Quadro 15 : Percentagem da distribuição das explorações por tipo de exploração	40
Quadro 16 : Área cultivada por cultura alimentar básica, segundo província	41
Quadro 17 : Percentagem da área de cultivo por cultura em relação ao total da província ...	41
Quadro 18 : Percentagem por cultura em relação ao nº total de explorações	41
Quadro 19 : Percentagem em relação ao total do país	42
Quadro 20 : Nº de explorações por cultura alimentar básica segundo a província.....	42
Quadro 21 : Número de explorações por cultura de rendimento segundo o tipo de exploração.....	42
Quadro 22 : Distribuição das percentagens das culturas por tipo de exploração.....	43
Quadro 23 : Crédito à economia por sector de actividade económica.....	43
Quadro 24 : Valor Acrescentado Bruto da agricultura, produção animal, silvicultura e pescas e respectivo peso no Produto Interno Bruto.....	44

Quadro 25 : Continuação do quadro 24 para os anos de 2003 à 2010	44
Quadro 26 : Exportações da agricultura em mil meticais e a preços correntes	45
Quadro 27 : Pesos da exportação de produtos agrícolas	46
Quadro 28 : Exportações do ramo da produção animal em mil meticais e a preços correntes	46
Quadro 29 : Exportações do ramo da silvicultura, expl. florestal e activ relac; 10 ³ Mt e a preços correntes	46
Quadro 30: Classificação da FAO e sua conversão para a classificação nacional de bens e serviços	47
Quadro 31 : Metadados de referência de produtos vegetais	50
Quadro 32 : Metadados de referencia de produtos animais e derivados.....	53
Quadro 33 : Metadados de referência do comércio externo	54
Quadro 34 : Metadados de referência de informação sobre a população	55
Quadro 35 : Metadados de referência de informação sobre a disponibilidae de alimentos....	55
Quadro 36 : Metadados de referência sobre os preços.....	56
Quadro 37 : Metadados de referência de informação sobre a pesca	56
Quadro 38 : Metadados de referência de informação sobre o valor acrescentado.....	57
Quadro 39 : Metadados de referência de informação sobre a segurança alimentar.....	57
Quadro 40 : Metadados de referência de informação sobre o uso da terra	57

LISTA DE ABREVIATURAS

- AF Agregados Familiares
- AE Área de Enumeração
- BM Banco de Moçambique
- CAE Classificação de Actividades Económicas,
- CAP Censo Agro-Pecuário
- CCIO Classificação do Consumo Individual por Objectivos de Moçambique
- CEPAGRI Centro de Promoção da Agricultura Comercial
- CGCE Classificação das Grandes Categorias Económicas
- CITA-Rev.4 Classificação Internacional Tipo das Actividades Económicas, Revisão 4
- CNBS Classificação Nacional de Bens e Serviços
- CRGPH Conselho do Recenseamento Geral da População e Habitação
- CSE Conselho Superior de Estatística
- CTCI Classificação tipo do comércio internacional
- DE Direcção de Economia
- DNE Direcção Nacional de Estatística
- DNTF Direcção Nacional de Terras e Florestas
- DNSA Direcção Nacional de Serviços Agrícolas
- DPAs Direcções Provinciais de Agricultura
- DQAF Data Quality Assessment Framework
- FAO Food and Agriculture Organization of the United Nations
- IDPPE Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
- INE Instituto Nacional de Estatística

• Incajú	Instituto de Fomento do caju
• IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
• IPC	Índice de preços no produtor
• MINAG	Ministerio da Agricultura
• MSU	Universidade Estadual de Michigan
• NACE	Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia
• PDEA	Plano Director de Estatísticas Agrárias
• SADC	Southern African Development Community
• SDAEs	Serviços Distritais de Actividades Económicas
• SEN	Sistema Estatístico Nacional
• SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição
• SH	Sistema Harmonizado
• SIEN	Sistema de Informação Estatística Nacional
• SIMA	Sistema de Informação de Mercados Agrícolas
• SNEPA	Sistema Nacional de Estatísticas da Pesca Artesanal
• TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
• UNSC	United Nations Statistical Commission
• UPA's	Unidades Primárias de amostragem

1. O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

1.1. Estrutura legal e Órgãos Consultivos Estatísticos

As estatísticas dão um contributo fundamental à administração para a formulação e o acompanhamento das diferentes políticas, assim como dão aos parceiros sociais, empresas, investigadores, estudantes e ao público em geral, uma visão mais realista do meio económico e social em que vivem e actuam, e ainda, às instituições de carácter social com actividade no domínio do bem-estar da população.

A decisão política nos regimes democráticos multipartidários necessita de apoio de um sistema de informação integrado que consiste na existência de um Sistema Estatístico Nacional, SEN que, com regularidades, produza e divulgue estatísticas oficiais com imparcialidade, objectividade e universalidade que, para além do seu valor informativo nos planos económico, social e demográfico, revestem a natureza de uma autêntica informação cívica. Em Moçambique a construção de um verdadeiro Sistema Estatístico Nacional, SEN, data somente de 1996, com a publicação da Lei nº7/96 de 5 de Julho, lei do SEN.

Não obstante ser pacífico admitir-se como óbvia a necessidade dos países disporem de um sistema estatístico nacional, nunca será de mais insistir que é essencial poderem dispor, em tempo oportuno, de informações quantitativas convenientemente organizadas para a tomada de decisões a todos os níveis. Na verdade, os dirigentes políticos, os administradores públicos e privados, os investigadores e os parceiros sociais, entre outros, não poderão cumprir as suas funções com eficácia e eficiência se não dispuserem de estatísticas adequadas sobre as tendências passadas dos problemas de que se ocupam, bem como sobre o seu estado actual e previsões de evolução.

A lei supra citada cria o SEN e estabelece o seu âmbito, seus objectivos, princípios, define os seus órgãos e suas competências, estabelece a recolha extraordinária de dados e transgressões estatísticas, no âmbito da produção de estatística oficial, daí a denominação de Lei de bases do SEN.

São objectivos do SEN:

- Garantir a recolha, tratamento, análise e difusão da informação estatística;
- Optimizar a utilização dos recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais na produção de estatísticas oficiais e no desenvolvimento da actividade estatística nacional;
- Fomentar o interesse da sociedade a fim de promover a sua participação e colaboração na recolha de dados estatísticos pertinentes fidedignos e oportunos;
- Promover análise e utilização da informação estatística oficial aos diversos níveis da sociedade, para o conhecimento objectivo da realidade nacional;
- Garantir o funcionamento de um sistema de informação nacional de informação económica, social e demográfica de base estatística oficial, capaz de satisfazer as necessidades dos diferentes utilizadores;
- Estimular e promover, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal afecto à actividade estatística oficial.

O SEN assenta-se nos seguintes princípios básicos:

- ***Autonomia técnica*** que consiste no poder conferido ao Instituto Nacional de Estatística, INE de definir livremente os meios tecnicamente adequados à prossecução das suas actividades;
- ***Autoridade estatística*** que consiste no poder conferido ao INE, de no exercício das suas funções realizar inquéritos com obrigatoriedade de resposta e de efectuar diligências de produção estatística;
- ***Segredo estatístico*** que consiste na obrigação do INE de proteger os dados estatísticos individuais;
- ***Imparcialidade*** que consiste na produção de estatísticas de forma objectiva, científica e com bases inequívocas;
- ***Transparência*** que consiste no direito conferido aos fornecedores dos dados estatísticos de obter informações relativas ao fundamento jurídico, finalidade dos dados pedidos, medida da sua confidencialidade e sua utilização exclusiva para fins estatísticos;
- ***Fiabilidade*** que consiste em produzir estatísticas que transmitem o mais fielmente possível a realidade e os fenómenos que se propõem a quantificar.

O INE deve informar aos utilizadores estatísticos sobre as fontes e os métodos utilizados na sua produção:

- ***Pertinência***, que consiste em produzir estatísticas relacionadas com as necessidades específicas, bem como, a recolha de dados limitando-se ao que é estritamente necessário para a obtenção das estatísticas pretendidas;
- ***Coordenação estatística*** que consiste no poder conferido ao SEN de elaborar e aprovar normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições uniformes, de aplicação obrigatória por todos os órgãos produtores de estatísticas oficiais.

Quanto aos órgãos de consulta existe o, Conselho Superior de Estatística, CSE, que se reúne em plenário, ordinariamente uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que for necessário. O CSE é presidido pelo Primeiro-Ministro ou pelo membro do Governo em quem este delegar as respectivas funções e é composto pelos seguintes vogais:

- Presidente do INE
- Um representante do Banco de Moçambique
- Um representante de cada órgão central do estado
- Dois representantes de universidades nacionais e serem indicados pelo conselho Nacional do Ensino Superior
- Representantes de associações empresariais até ao máximo de três, dos quais um da área de indústria, agricultura e do comércio.
- O presidente do CSE poderá convidar, sempre que necessário, outras entidades.

O CSE reúne por convocação do seu Presidente sob proposta do Presidente do Instituto Nacional de Estatística. Segundo o artigo 16 da Lei nº7/96 de 5 de Julho, o CSE é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN.

Dentre as atribuições do SEN destacam-se:

- Definir as linhas gerais da actividade estatística nacional e estabelecer as respectivas prioridades;
- Promover e assegurar a coordenação do SEN aprovando, sob proposta do INE, conceitos, definições, nomenclaturas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística de uso obrigatório no desenvolvimento das actividades estatísticas oficiais;
- Fomentar o aproveitamento dos actos administrativos para fins estatísticos, formulando recomendações com vista à utilização, nos documentos administrativos, dos conceitos, definições, nomenclaturas, bem como o acesso aos respectivos dados;

As deliberações do CSE tomadas no exercício das suas competências previstas sob a forma de resoluções nas alíneas a) e c), e sob a forma de recomendações na alínea d) referidas no número anterior, são publicadas no Boletim da República. Por proposta do Presidente do Instituto Nacional de Estatística, o Conselho Superior de Estatística nomeará um funcionário do Instituto para desempenhar as funções de Secretário do Conselho.

1.2. Estrutura do Sistema Estatístico Nacional

Quanto à organização do sistema, a construção da máquina estatística pretendida assentou em quatro espécies de órgãos principais: De consulta; de notação; de administração e coordenação; de elaboração estatística.

Órgãos do SEN:

São Órgãos do SEN o Conselho Superior de Estatística (CSE), o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Banco de Moçambique (BM) e o Conselho do Recenseamento Geral da População e Habitação (CRGPH)

1.2.1. O Instituto Nacional de Estatística

O INE, na sua qualidade de órgão executivo central do SEN, é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica e autonomia técnica, administrativa e financeira. No exercício das suas funções, o INE goza de autonomia técnica nos termos do princípio do SEN definido no artigo 8 da Lei nº 7/96, de 5 de Julho, podendo tornar disponíveis, divulgar e difundir as estatísticas produzidas, salvaguardando o princípio do segredo estatístico nos termos previstos nos artigos 7 e 14 daquela lei.

Compete ao INE o exercício das funções de notação, apuramento, coordenação e difusão da informação estatística oficial do País.

Delegação de competências

Para a prossecução das suas atribuições, o INE pode delegar funções oficiais de recolha, apuramento e difusão de dados estatísticos noutros serviços públicos que serão designados Órgãos Delegados do INE, ODINE.

Nos casos em que a delegação de competências comporta a função da difusão de estatísticas, ficam os respectivos Órgãos Delegados do INE obrigados a submeter à aprovação técnica do INE as estatísticas produzidas antes de proceder à sua difusão.

A delegação de competências é autorizada por despacho conjunto dos Ministros responsáveis pelas respectivas áreas a que se referem as estatísticas delegadas e do Ministro de tutela, sob proposta do Presidente do INE e com parecer favorável do CSE nos termos previstos na alínea i) do artigo 18 da Lei nº 7/96, de 5 de Julho.

Até ao momento são ODINE: Os Ministérios da Agricultura, Educação, Cultura, Saúde, Pescas, Trabalho, ciências e Tecnologia, função Pública, Turismo. Os Órgãos Delegados do INE ficam obrigados a apresentar anualmente ao INE os respectivos planos das actividades estatísticas delegadas e os correspondentes relatórios de execução para, conjuntamente com o plano e relatório do INE, serem apresentados ao CSE para parecer nos termos da alínea b) do artigo 18 da Lei nº 7/96, de 5 de Julho. No caso vertente das Estatísticas agrárias é da responsabilidade do MINAG produzi-las regularmente e com a qualidade desejada.

1.2.2. O Banco de Moçambique

No exercício das suas competências estatísticas oficiais enquanto órgão do SEN nos termos do nº 3 do artigo 15 e do artigo 20, ambos da Lei nº 7/96, de 5 de Julho, aplicam-se ao BM, os princípios básicos do SEN. A produção das estatísticas oficiais monetárias e cambiais, a cargo do BM, fica sujeita ao princípio da coordenação técnica do INE atento o imperativo da sua integração no cálculo das Contas Nacionais da responsabilidade deste.

1.2.3. O Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População e Habitação .

Este órgão cria-se quando está prestes a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação e extingue-se quando terminam as suas actividades. O último Gabinete Central do Recenseamento integrou, para além de quadros do INE, representantes dos Ministérios da Administração Estatal, Defesa, Agricultura, Obras Públicas e Habitação, Planificação e Desenvolvimento e Polícia da República de Moçambique.

1.3. Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Estatística

As estatísticas são importantes na medida em que elas são usadas para suportar a tomada de decisões relacionadas com por exemplo, o crescimento económico, alocação de recursos, monitoria do progresso nacional e para tornar as actividades do governo mais transparentes. Em muitos países em desenvolvimento, os sistemas estatísticos são frágeis e encontram-se sob fortes pressões devido principalmente ao crescente número de pedidos de informação, tanto por utilizadores nacionais como os internacionais. A limitada disponibilidade em termos de recursos humanos (técnicos qualificados), faz com que nalgumas vezes, a informação estatística fornecida esteja desvalorizada da sua integridade e confiança.

A condição crucial para assegurar que as actividades estatísticas sejam geridas eficientemente sob estas circunstâncias, é ter uma imagem clara dos próximos desenvolvimentos e integrá-los num plano estratégico. Em Moçambique, o plano estratégico ora em vigor é o Plano Estratégico do Sistema Estatístico Nacional 2008-2012, o anterior era referente ao período de 2003 à 2007.

A **visão** do actual plano é ser a principal referência estatística para o desenvolvimento nacional. A **missão** é de responder em tempo oportuno às necessidades de informação dos utilizadores e promover a cultura estatística nacional.

Importa salientar que o PESEN foi submetido para apreciação e aprovação do Conselho de Ministros em 2007 e depois foi ratificado. Várias iniciativas e sistemas que promovem as melhores práticas estatísticas, e que servem de ferramenta para o desenvolvimento de planos estratégicos foram desenvolvidos (há poucos anos atrás) por organizações internacionais.

A intenção de tais iniciativas é de ajudar os países a construir estratégias estatísticas realísticas. Podemos mencionar 3 iniciativas:

1. Princípios fundamentais das estatísticas oficiais
2. Quadro de avaliação de qualidade de dados, Data Quality Assessment Framework, DQAF
3. Parceria para o Desenvolvimento de Estatísticas no século XXI, PARIS21 (Partnership in Statistics for Development in the 21st century Statistical) Capacity Building Indicator

Sobre a Iniciativa 1:

”Princípios fundamentais das estatísticas oficiais” Este princípio adoptado pela UNSC (United Nations Statistical Commission), que dá orientações sobre os valores fundamentais e princípios a serem seguidos para se poder produzir estatísticas úteis, de alta qualidade e que sejam credíveis para os utilizadores.

Sobre a Iniciativa 2: DQAF

DQAF providenciado pelo FMI, fornece uma estrutura muito detalhada para avaliar a qualidade das estatísticas desde a sua ferramenta institucional até a disseminação de dados. Como forma de obter a qualidade do produto estatístico, existe a cobertura do SDDS e GDDS sobre vários conjuntos de dados económicos:

- 1.Sector real (contas nacionais, preços, emprego);
- 2.Sector fiscal (despesas do governo e dívida);
- 3.Sector financeiro (contas das instituições financeiras, taxas de juro);
- 4.Sector externo (balança de pagamentos, reservas internacionais, posição internacional de investimentos, taxas de câmbio)

Para cada uma das dimensões atrás referidas o GDDS descreve as práticas de disseminação de dados e uma descrição resumida das metodologias usadas, nomeadamente os dados, acesso ao público, integridade e qualidade.

Exemplo de avaliação da qualidade de dados das estatísticas económicas

Para assistir na formulação de estratégias de modo a aumentar a qualidade de dados, o FMI desenvolveu uma ferramenta para avaliar a qualidade das estatísticas económicas. A ferramenta providencia uma estrutura e linguagem comum para as melhores práticas, conceitos e definições internacionalmente aceites.

A ferramenta que visa sobre a qualidade das estimativas de contas nacionais cobre todos os aspectos do ambiente estatístico ou seja a infra-estrutura em que os dados são recolhidos, processados e disseminados, através da integração de aspectos de qualidade da instituição e da qualidade dos produtos.

A ferramenta tem uma estrutura gradual que começa com um conjunto de pré-requisitos e 5 dimensões de qualidade:

Integridade; Metodologia robusta; Precisão; Serviceability e Acessibilidade:

Antes de se construir um plano estratégico, deve-se fazer uma análise aos pontos fortes e fracos do SEN. A análise deve focalizar nos seguintes aspectos:

- 1) Ferramentas institucionais e o processo de decisão relacionado com as estatísticas oficiais (lei, instrumentos para a coordenação e protecção da confidencialidade)
- 2) Infra-estrutura estatística (disseminação, rede com os utilizadores e respondentes, ficheiro de unidades estatísticas, capacidade analítica, etc.)
- 3) Capacidade de realizar inquéritos e de forma regular
- 4) O acesso aos dados administrativos
- 5) Capacidade de integrar as diferentes fontes de dados
- 6) Pessoal (técnico qualificado)
- 7) Capacidade de desenvolver ferramentas de IT para as estatísticas
- 8) Capacidade de participar em actividades internacionais, etc.

Assuntos de gestão estratégica das estatísticas oficiais.

Inclui a gestão, coordenação do sistema estatístico, relações com os utilizadores, organização dos institutos de estatística, promoção das estatísticas oficiais, organização dos programas nacionais, formação, gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, ferramentas de qualidade e medição da realização dos sistemas estatísticos, coordenação do trabalho estatístico internacional, cooperação técnica e formação.

O quadro a seguir mostra algumas boas práticas estatísticas recomendadas internacionalmente.

O SEN está em processo de reforma e segue os termos da Carta Africana de Estatística e dos princípios das Nações Unidas. Carta Africana é um instrumento jurídico de regulação da actividade estatística no continente africano e que servirá de meio de advocacia para o desenvolvimento da estatística em África.

Quadro 1: As melhores práticas estatísticas recomendadas internacionalmente

Actividades Estatísticas	Melhores práticas internacionalmente recomendadas
Testes de validação de dados	Devem ser aplicados à recolha de dados através de inquéritos estatísticos antes da derivação dos resultados
Imputação de observações em falta e ajustamentos à não resposta	Devem ser baseados com base em relevantes técnicas estatísticas
Expansão ao universo	Os resultados amostrais devem ser expandidos ao universo com base num factor de expansão , derivado cientificamente com base em técnicas de desenho de amostras
Disseminação do produto estatístico	A disseminação deve ser feita tanto em formato electrónico ou em papel e também através da página da internet dos serviços de estatística (INE)
Calendário antecipado de publicações	Os INE's devem anunciar/publicitar um calendário com as datas de publicação dos produtos estatísticos
Provisão legal para a protecção de dados confidenciais	Para inquéritos estatísticos, os respondentes têm o direito de estar informados que a informação que forem a dar é apenas para fins estatísticos
Legislação para a recolha de informação estatística	A agência que recolhe e produz informação estatística oficial, deve ter autorização legal para tal. (os respondentes são obrigados à responder e estão sujeitos à penalização em caso de recusa)

2 SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA O SISTEMA DE ESTATÍSTICAS AGRÁRIAS E ALIMENTARES

A avaliação dos sistemas agrícolas e estatísticos nacionais no contexto da base conceptual indica que urge a necessidade de melhorar a capacitação institucional em estatística dos países de modo a permitir que estes reconstruam as suas capacidades para fazerem face aos novos desafios. A avaliação mostra também a necessidade de se melhorar a coordenação entre instituições de estatística nacional e outros produtores de estatísticas agrícolas.

Os princípios básicos são: recolha de todos os dados baseando-se em unidades de amostras seleccionadas da base amostral mãe, recolha de dados integrada numa base de inquéritos e das estatísticas oficiais cujo resultados encontram-se numa base de dados integrada.

O INE realizou o III Recenseamento geral da população e habitação em 2007 e com a publicação dos resultados do Censo, serviram para identificar entre vários aspectos, os agregados familiares que praticam a agricultura, sua localização geográfica. O CAP 2009/2010, utilizou o Censo da população e habitação, como base para amostra_mãe. A amostra total do CAP foi de aproximadamente 35.020 pequenas e médias explorações. As grandes explorações foram inquiridas na sua totalidade em todo o País. As médias explorações foram inquiridas na totalidade nas áreas de enumeração seleccionadas e para as pequenas foi feita uma amostra fixa de 10 Agregados Familiares.

2.1 Estrutura legal e Órgãos Consultivos para as Estatísticas Agrárias e Alimentares

O quadro legal da inserção das estatísticas Agrárias está assente em duas bases legais: Por um lado, a lei 6/97, a lei estatística e cria o Sistema Estatístico Nacional, no centro do qual se encontra o Instituto Nacional de Estatística (INE) como órgão reitor e que, à luz da lei pode delegar competências a órgãos e instituições específicas na produção e disseminação de certas estatísticas sectoriais. É o caso concreto da produção das estatísticas agrárias que está delegada no Ministério da Agricultura, mais precisamente a Direcção de Economia (DE) a responsabilidade da produção das estatísticas correntes, numa base anual e intra-anual através do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) e através de outras operações como o SIMA.

Para além da Lei 6/97 o quadro orgânico do Ministério da Agricultura estabelece que à Direcção de Economia tem a responsabilidade de produção directa das estatísticas agrárias e da coordenação da actividade estatística de outras instituições pertencentes ou subordinadas ao Ministério da Agricultura. É o caso vertente das estatísticas dos sectores de caju, do algodão, das florestas, do açúcar que são produzidas directamente pelas instituições que supervisionam estas áreas, nomeadamente, o Instituto de Fomento do caju (Incajú), o Instituto de Algodão de Moçambique, da Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNTF) e o Centro de Promoção da Agricultura Comercial (CEPAGRI) e posteriormente a Direcção de Economia globaliza e harmoniza.

O Departamento de Culturas e Aviso Prévio que está inserido na Direcção Nacional dos Serviços Agrários é o órgão responsável pelo prognóstico das culturas que erroneamente são, até aqui, tomadas como estimativas finais da produção agrícola, situação que está sendo alterada à luz do Plano Director de Estatísticas Agrárias em processo de desenho.

A Direcção de Economia produz estatísticas através do seu Departamento de Estatística que realiza o Inquérito Agrícola anual através do TIA e realiza a recolha de dados sobre preços dos produtos agrícolas através do SIMA (Sistema de Informação de Mercados Agrícolas). O nível central é apoiado nas suas actividades estatísticas do sector agrário através das Direcções Provinciais de Agricultura (DPAs) e Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs).

O Instituto Nacional de Estatística tem a responsabilidade de implementar os Censos Agro-Pecuários, operação estatística que se realiza uma vez em cada dez anos com o apoio técnico e parceria do Ministério da Agricultura.

O Ministério de Indústria e Comércio que tem a responsabilidade da comercialização agrícola elabora os balanços alimentares na base da informação da disponibilidade da produção doméstica de alimentos fornecida pelo Ministério da Agricultura através do Departamento de Culturas e Aviso Prévio. O Ministério da Indústria e Comércio detém a informação sobre as exportações e importações de produtos agrícolas incluindo a ajuda alimentar.

No que se refere aos órgãos consultivos para Estatísticas agrárias neste momento ainda não existem ainda órgão consultivos formalmente criados somente para as estatísticas agrárias. Contudo, os que estão funcionando são:

- O Conselho Coordenador do Ministério da Agricultura, que se reúne uma vez por ano sob a direcção do Ministro da Agricultura e os participantes de nível central e provincial se pronunciam sobre diversos assuntos incluindo sobre estatísticas quando agendado;
- O Conselho Consultivo, que se realiza semanalmente sob a direcção do Ministro da Agricultura e aprecia diversos assuntos incluindo o das Estatísticas Agrárias, quando agendado;
- O Conselho Técnico, que se realiza semanalmente sob a direcção do Secretário Permanente aprecia diversos assuntos incluindo o das Estatísticas Agrárias, quando agendado.

O Plano Director em processo de elaboração na base das recomendações de estudos especiais feitos ¹ recomenda a criação de órgãos especiais de consulta e validação para as estatísticas agrárias, nomeadamente: Comité Nacional de Informação Agrária, Chefiada pelo Secretário Permanente e o Comité Técnico de Informação Agrária

2.2. Estrutura do Sistema das Estatísticas Agrárias e Alimentares

A estrutura do Sistema de estatísticas Agrárias está em conformidade com o que foi descrito acima no ponto anterior. A Estrutura ilustra que as estatísticas do sector agrário maioritariamente são realizadas pelo Ministério da Agricultura da forma como mostra o quadro que segue:

¹ Kiregyera, B et al “Uma Avaliação do Sistema Nacional de Informação Agrária de Moçambique. Relatório de Avaliação, Maio2007

Quadro 2: Os principais actores da produção das estatísticas agrárias e alimentares no MINAG

Instituição do MINAG	Funções	Periodicidade
DE	<ul style="list-style-type: none"> • Realização dos TIAS • Realização do SIMA • Globalização de toda a informação agrária e produção de Relatórios periódicos 	Periodicidade Anual
		Periodicidade semanal
		Anual, semestral e trimestral
DNSA	Produção de prognósticos e estimação da produção agrícola	Anual e a medida que realiza monitoria produz relatórios técnicos;
SETSAN	Produção de dados e Informação sobre a situação da segurança alimentar do País	Anual e a medida que realiza monitoria e avaliações produz relatórios técnicos
DNSV	Produz dados sobre efectivos na base de arrolamentos pecuários e fornece informação sobre a produção de produtos pecuários (carne, ovos)	Anual, semestral, trimestral
DNTF	Produz dados sobre produção florestal, fauna bravia e terras	Anual, semestral, trimestral
INCAJU	Produz dados sobre produção e a comercialização formal da castanha de caju	Anual
IAM	Produz dados sobre produção de e agro - processamento do algodão terras	Anual

Refira-se que o exercício de elaboração do PDEA preconiza a revisão da presente estrutura uma vez que a recomendação do estudo acima mencionado é de integração de todos os órgãos do MINAG responsáveis pela produção de estatísticas agrárias sob a coordenação da Direcção de Economia.

2.3. Estratégia Nacional para Estatística sobre Alimentação e Agricultura

Caracterização das Estatísticas Agrárias e alimentares de Moçambique

As políticas e a tomada de decisão baseadas na evidência que agora guia as políticas e a programação no governo, requer que as decisões de políticas públicas sejam informadas por análises cuidadosas e rigorosas usando dados robustos e transparentes. Isto é importante porque promove a transparência da tomada de decisão, ajuda a evitar interesses seccionais na gestão de políticas públicas e tomada de decisão, providencia alguma garantia para a tomada de decisões racionais, e promove a responsabilidade das políticas e dos tomadores de decisão.

Enormes quantidades de dados estatísticos e informação em todos os aspectos do sector agrícola e da população rural são necessários para a elaboração dos processos de desenvolvimento no país. Particularmente, dados e informação agrícola são necessários para:

- Apoiar os processos de planificação;
- Compilar contas nacionais;
- Informar as análises de políticas públicas, debate e aconselhamento;
- Observar o desempenho do sector;
- Monitorar e avaliar o impacto de políticas e programas;
- Apoiar os processos de tomada de decisão.

O actual estado das estatísticas agrárias é caracterizado por uma bipolarização. Por um lado, existe uma base de dados de informação estatística obtida através de inquéritos de amostra TIA (Trabalho de Inquérito Agrícola) que usa uma metodologia universalmente aceite, mas a informação não é disponibilizada oportunamente. Por outro lado, previsões de produção de culturas, calculadas usando uma metodologia diferente, são regularmente geradas e disponíveis oportunamente através do Sistema de Aviso Prévio (Aviso Prévio). Portanto os utilizadores de estatísticas agrícolas recorrem a uma ou outra fonte de informação para abordar aos mesmos assuntos, resultando em situações onde são usados números diferentes para representar o mesmo indicador para o sector agrícola. O problema torna-se mais evidente quando diferentes fontes mostram grandes discrepâncias nas suas estimativas e tendências como aconteceu em 2005 quando a produção de cereais foi estimada em 1,900,000 toneladas pelo Aviso Prévio comparada com 1,137,000 pelo TIA, uma diferença de 67% . Os objectivos deste estudo são:

As principais fontes de informação agrícola estão concentradas dentro do Ministério da Agricultura (MINAG) – na Direcção de Economia (DE) que realiza o Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) e o Sistema de Informação de Mercado Agrícola (SIMA), e na Direcção Nacional de Serviços Agrícolas (DNSA) que realiza o Aviso Prévio. Também sob a DNSA está o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN) e os Sistemas de Aviso Prévio da Fome (FEWS) NET.

2.4. Recursos Humanos disponíveis

Moçambique tal como outros países em desenvolvimento, ainda enfrentam sérios problemas de analfabetismo. Grande parte da mão-de-obra empregada na agricultura, possui ou o nível primário de escolaridade ou nenhum. Existe uma concentração de recursos humanos qualificados nas grandes cidades e alguns a trabalharem em áreas que não são da sua formação.

Quadro 3: Recursos Humanos do Departamento de Estatística do Ministério da Agricultura

Categoria	Situação actual	Nº ideal
Agro estatístico	1	2
Economista	1	2
Estaticistas	1	5
Informática	2	4
Médios Informáticos	2	2
Estatísticos médios	5	7
Bacharéis em estatísticas	3	4

2.5. Recursos não humanos disponíveis

Os recursos não humanos compreendem os recursos materiais e financeiros. Anualmente o Governo despende mais de 1.8 milhões de dólares para a realização de operações do Inquérito agrícola anual e de prognóstico de culturas realizadas através do Aviso Prévio, para além de pagamento de salários e outras despesas com os trabalhadores.

Só a Direcção de Economia possui cerca de 20 computadores, softwares apropriados como o CSPRO, STATA que são sempre usados na actividade de processamento e análise de dados. A DE possui também dezenas de GPS para o geo-referenciamento e medição de áreas, bússolas, tendas e outro equipamento de suporte da actividade de recolha de dados no campo.

A Direcção de Economia através do seu Departamento de Estatística adquiriu mais de 15 viaturas que serão destinados à actividade de recolha de dados. Cada sector específico acima mencionado possui em média 2-3 computadores para a actividade de produção de dados estatísticos. Certamente estes recursos são insuficientes comparando com o volume de trabalho de que existe.

2.6. Política de Disseminação de Dados para Estatísticas Agrárias e Alimentares

O valor dos dados estatísticos assenta na sua utilização para a formulação e monitoria de políticas de desenvolvimento da agricultura. Uma das áreas de maior fraqueza tem sido a área de disseminação. Os dados do Censo Agro-Pecuário são disseminados através de seminários específicos, CDs, brochuras e Web. Os dados do TIA têm sido disseminados também através de seminários e CD's, mas ainda não são publicados em brochuras. Os analistas seniores, quer das universidades quer pesquisadores independentes têm acesso a base de dados para as suas análises e estudos salvaguardando contudo o princípio de confidencialidade e segredo estatístico.

O SIMA tem publicitado a sua informação sobre mercados e preços de produtos agrícolas com uma regularidade semanal, quer através de brochuras (quente-quente) quer através da rádio e televisão. O Aviso prévio também publica com rapidez e regularidade a informação sobre o aviso prévio.

O SETSAN também publica regularmente a sua informação. Contudo, em geral a disseminação e utilização da informação sobre agricultura e alimentação ainda é limitada considerando também que a capacidade existente no país de análise e utilização da informação é limitada.

O estudo do Kiregyera que temos vindo a nos referir faz uma forte recomendação de melhorar a disseminação dos dados sobre agricultura e alimentação através de suportes electrónicos que incluem Web, CD suportes em papel, brochuras, anuários estatísticos, pequenos relatórios rápidos e de fácil consulta, os medias entre outros meios de modo a fazê-la chegar aos usuários em tempo útil, nos momentos em que eles precisam dela. Importante é disseminar os dados para todos os níveis, isto desde o nível central, provincial e distrital. Por outro lado é recomendado continuar a melhor o acesso aos dados produzidos através de desenvolvimento de bases de dado amigáveis e acessíveis aos distintos usuários.

2.7. Modalidades de promoção de Diálogo Usuário-Produtor

Pode-se afirmar que existe a promoção de diálogo utilizador - produtor na medida em que no acto da disseminação dos resultados das grandes operações, são convidados os principais utilizadores para a divulgação dos resultados das pesquisas, realizam-se conferências de imprensa. Importa referir que, no âmbito das competências e princípios do SEN, o MINAG e o INE têm colaborado desde o princípio das operações estatísticas de grande vulto.

2.8. Bases de Dados Existentes e Ferramentas e Plataformas de Disseminação

Moçambique dispõe de bases de dados sobre:

- 1) A população; com as características demográfico-sociais
- 2) Inquéritos agrícolas anuais (TIA's) 2002, 2003, 2005, 2006, 2007 e 2008
- 3) Censo agro-pecuário, CAP I 2000 e CAP II 2010;
- 4) Os orçamentos dos agregados familiares, IAF2002/3; IOF 2008/9
- 5) O comércio externo desagregado por produtos e ramos de actividade económica
- 6) Preços dos produtos de mercados agrícolas, SIMA
- 7) As estatísticas económicas (PIB, Inflação)

2.9. Integração Regional e Assistência Técnica Internacional recebida

Moçambique é um país com relacionamento aberto com outros países e organizações internacionais. e tem obtido resultados satisfatórios. A nível regional está inserido na SADC ; a nível continental, colabora com a Economic Commission for Africa (UNSD_ Etiópia) e a nível bilateral, relaciona-se com as organizações internacionais.

Desde os anos 1990, Moçambique tem recebido assistência técnica de diferentes organizações, nomeadamente:

- **SIDA através da Statistics Sweden -1989-1996**

O seu apoio baseou-se na assistência técnica para o desenho de metodologias de inquéritos incluindo amostragem, treinamento básico ao pessoal Moçambicano em questões relacionadas com o processamento e análise de dados.

- **FAO 1999-2000 e 2009-2010 no Censo agro-pecuário**

A FAO tem prestado assistência técnica e metodológica com particular destaque para os Censos Agro pecuários que tem sido uma acção conjunta entre o Instituto Nacional de Estatística, INE e o Ministério da Agricultura. A assistência relaciona-se com a metodologia do Censo (amostragem, conceitos e definições, desenho de questionário), no treinamento dos técnicos nacionais para a recolha, análise e disseminação. Também a FAO tem prestado especial apoio na formulação do Plano Director de Estatísticas Agrárias, PDEA, e em algumas acções de formação a nível da região africana.

- **Cooperação Italiana**

A cooperação Italiana também foi envolvida nas actividades dos Censos agro pecuários de 1999/2000 e 2009/10 em acções ligadas ao processamento de dados e publicação.

- **Universidade Estadual de Michigan (MSU)**

Desde 2002 a MSU tem providenciado assistência técnica ao departamento de Estatística do Ministério da Agricultura nos inquéritos anuais, TIA. A assistência técnica providenciada pela Universidade de Michigan focaliza na formação em metodologias de recolha de dados e as melhores práticas recomendadas, no desenho do questionário, o uso do GPS no processo de recolha de dados, o uso de computadores portáteis no campo baseado na entrada de dados, o controlo de qualidade entre outras estatísticas.

- **O Banco Mundial (2008)**

Através do projecto GDDS o Banco mundial prestou assistência técnica ao pessoal Moçambicano envolvido em actividade relacionadas com estatísticas agrícolas, particularmente formando pessoal a nível provincial em estatísticas básicas.

3. DADOS, FONTES DE DADOS, E METADADOS DAS ESTATÍSTICAS SOBRE ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

3.1. Estatísticas sobre as culturas

Tendo em conta as grandes operações, quer inquéritos agrícolas, censos agro pecuários como também às fontes administrativas, é o caso do Ministério do Comércio e do SIMA, Sistema de Informação de Mercados Agrícolas, foi possível inventariar as fontes de dados para as estatísticas agrárias. O TIA, Trabalho de Inquérito Agrícola é uma actividade Estatística de recolha de dados e informação estatística oficial que é realizada pela Direcção de Economia sob a delegação de competências pelo INE- Instituto Nacional de Estatística e tem uma periodicidade anual, exceptuando-se nos anos em que se realiza o CAP (Censo Agro-Pecuário).

É um inquérito por amostragem probabilística bi e tri-etápica. Na primeira etapa são seleccionados distritos em cada Província, o número de distritos seleccionados por Província varia conforme o tamanho da população, Distritos populosos têm maior probabilidade de serem seleccionados, na segunda etapa são seleccionados UPA's (Unidades Primárias de amostragem) e na terceira, são seleccionados aleatoriamente Agregados familiares nas UPA's, para responderem a entrevista. São inquiridas todas as médias explorações nas UPA's seleccionadas e todas as grandes explorações existentes no País.

O TIA tem sido realizado em 1996, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007 e 2008. Os dois objectivos básicos do TIA são: recolher dados sobre a produção agrícola, área cultivada e pecuária; e recolher dados sobre indicadores para uso pelo PROAGRI e o PARPA. O questionário do TIA é adaptado a cada ano com o apoio dos principais utilizadores de dados no Ministério da Agricultura para assegurar que as necessidades de análise de dados estão sendo satisfeitas. Em 2002 e 2003, 80 distritos de 138 foram amostrados para o TIA. Começando em 2005, a amostra foi aumentada para 94 distritos. O resultado final foi um aumento no número de pequenas e médias famílias entrevistadas de 4,935 (2003) para 6,248 (2006). Também para o TIA de 2006 toda a entrada de dados foi realizada no campo. A metodologia de recolha de dados do TIA inclui o uso do equipamento de GPS para a medição do tamanho de machamba e área plantada com culturas. Os dados de produção dependem da informação fornecida pelo respondente. A natureza da tendenciosidade da memória é uma área que necessita de ser mais estudada, mas no caso de culturas que são vendidas, os camponeses parecem fornecer informação mais precisa. É dada grande prioridade à formação do pessoal de inquérito. A qualidade de dados é comprometida pelo grande tamanho do questionário e a dependência na memória do respondente. Um dos aspectos principais com respeito ao TIA é a falta de oportunidade.

O TIA 2003, foi uma sub-amostra do CAP 1999/2000 e cobriu cerca de 4.935 Agregados Familiares nos 80 Distritos seleccionados na classe de pequenas e médias explorações e todas as grandes explorações no País. O TIA 2005, foi uma sub-amostra do CAP 1999/2000 e cobriu cerca de 6.935 Agregados Familiares nos 94 Distritos seleccionados na classe de pequenas e médias explorações e todas as grandes explorações no País. O TIA 2006, foi uma sub-amostra do CAP1999/2000 e cobriu cerca de 6.248 Agregados Familiares nos 94 Distritos seleccionados na classe de pequenas e médias explorações e todas as grandes explorações no País. TIA 2007: foi uma sub-amostra do CAP e cobriu cerca de 6.149 Agregados Familiares na classe de pequenas e médias explorações e todas as grandes explorações no País.

Com base nos TIA's, foi possível obter informação da produção agrícola das principais culturas básicas praticadas nas pequenas e médias explorações nas quais se destacam:

- O **milho**, produzido por cerca de 80% dos 3,6 milhões de explorações e ocupa cerca de 41% da área total cultivada com culturas alimentares básicas. Esta cultura representa cerca de 83% da produção de cereais. É a cultura mais importante e mais preferida na alimentação dos moçambicanos. Cerca de 46% de agregados familiares rurais tem no milho a sua preferência de consumo
- A **mandioca**, produzida por cerca de 75% dos agregados familiares, AF, rurais e é considerada a segunda cultura mais importante no grupo das culturas alimentares básicas. Constitui preferência de cerca de 44% dos AF's rurais moçambicanos. Ela ocupa 24% da área total cultivada com culturas alimentares básicas.
- A **Mapira**, produzida por cerca de 30% de explorações é preferida por cerca de 2% dos AF's de Moçambique com maior destaque para as Províncias de Sofala, Manica, Cabo Delgado e Niassa.
- O **Arroz**, produzido por cerca de 20% de explorações com maior destaque para as províncias de Zambézia, Sofala, Cabo Delgado e Nampula. Ele representa 11% do total de cereais. O arroz constitui produto de preferência no consumo, por cerca de 8% dos AF's rurais.
- **Feijão Nhemba** é produzido por cerca de 50% de explorações

Com base nos TIA é possível apurar no domínio da produção:

- Quantidade de Produção de culturas primarias
- Área cultivada
- No domínio da disponibilidade alimentar: Venda das culturas básicas alimentares
- No domínio dos preços: o preços médios dos produtos pecuários, por província

Aviso prévio

De modo a fornecer previsões da produção de culturas, o Departamento de Aviso Prévio do Ministério da Agricultura, realiza um Inquérito de Aviso Prévio. Os dados devem ser recolhidos em uma amostra de 24 machambas em 3 distritos de amostra em todas as 10 províncias. Estes procedimentos nem sempre são seguidos por causa da morosidade e disponibilidade de fundos e de pessoal ao nível do Distrito. O pessoal do Aviso Prévio indicou que o fim da assistência da FAO em 2000 criou uma dependência ao Governo pelo financiamento. O financiamento é um assunto contínuo a todos os níveis. Os resultados do Aviso Prévio são produzidos oportunamente. É por esta razão que eles são usados pelo Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD) para a avaliação do Plano Económico e Social (PES) mesmo sabendo-se que são preliminares².

O facto de haver Unidades diferentes no Ministério usando métodos diferentes para recolha de dados afecta naturalmente a consistência de dados nos mesmos indicadores agrícolas usados pelas Unidades. Para propósitos de consistência e comparabilidade de dados, devem ser usados os mesmos métodos, por exemplo, métodos de amostragem e ponderação para o CAP, TIA e Aviso

² Fonte: Domingos Diogo, assessor do MINAG

Prévio. Isto não está a acontecer, daí a falta de consistência nos dados agrícolas produzidos pelas diferentes Unidades.

Haver Unidades diferentes dentro do MINAG a realizar diferentes actividades de estatísticas agrícolas não constitui a maneira mais eficiente de utilizar recursos.

Com base no Aviso Prévio é possível apurar no domínio da produção:

- Quantidade de Produção de culturas primarias
- Censo Agro Pecuário, CAP

O Censo Agro-Pecuário é uma operação estatística para a recolha, processamento e disseminação dos dados do sector agrário. O CAP fornece dados de referência na base dos quais se pode fazer o juízo do sucesso das políticas e programas de desenvolvimento do Governo e diagnosticar os constrangimentos existentes no sector agrário. Os resultados do Censo permitem monitorar de forma mais eficiente os Objectivos de Desenvolvimento de Milénio (ODM) e permitem ao sector privado, incluindo os produtores agro-pecuários, tomarem as suas decisões empresariais.

O CAP 2009-2010 cobriu todo o território nacional, em todas as províncias, distritos e postos administrativos do País, abarcando as zonas rurais e urbanas, incluindo a Cidade de Maputo, pela primeira vez.

A amostra total foi de aproximadamente 3.500 grandes e médias explorações e 35.020 pequenas explorações. As grandes explorações foram inquiridas na sua totalidade, isto é, a 100% em todo o País. As médias explorações foram inquiridas na totalidade (100%) nas áreas de enumeração seleccionadas e para as pequenas foi feita uma amostra fixa de 10 Agregados Familiares (AF) para cada área de enumeração em todos distritos, com uma proporção probabilística baseada no tamanho, onde o tamanho corresponde ao número de agregados familiares na área de enumeração (AE). Deste número, dois AF foram-lhes medidas as machambas, para se proceder posteriormente ao ajustamento da área declarada pelo AF.

O CAP seguiu a metodologia modular tendo sido definidos seis Módulos Complementares nomeadamente, Culturas, Pecuária, Mão-de-obra, Aquacultura, Segurança Alimentar e Práticas e Serviços Agrícolas, sendo os dois primeiros os mais extensos e exaustivos. Para estes módulos foi desenhada uma amostra bietápica e representativa ao nível distrital.

De acordo com os resultados preliminares do Censo Agro-pecuário 2009/2010, CAP 2009/2010 as culturas básicas alimentares são: Milho (cultivado por cerca de 79% das explorações), mandioca (cerca de 64% das explorações), arroz, feijão nhemba (44%), feijão manteiga, mapira (27%), meixoeira (5%), amendoim (4%).

Com a informação até ao momento disponível do CAP 2009/2010, é possível obter, no domínio da produção:

- O número de explorações por classe de área cultivada segundo o tipo de exploração ;
- A área cultivada por culturas básicas alimentares por província
- Efectivos de animais por espécie segundo província

3.2. Estatísticas sobre a pecuária e preços de produtos ao produtor, grossista e a retalho para exportação e importação.

A Direcção Nacional de Serviços Veterinários do Ministério da agricultura produz dados sobre efectivos na base de arrolamentos pecuários e fornece informação sobre a produção de produtos pecuários (carne, ovos). Nos seus relatórios, existe para cada espécie animal, por exemplo a bovina, existe informação detalhada para os bois, touros, vacas de corte, vacas leiteiras, novilhos, novilhas, vitelos, vitelas. A informação disponível está relacionada com nascimentos, mortalidade de vitelos, número de vitelos que passam para o ano seguinte, mortalidade no crescimento, mortalidade adulta, adultos vivo, etc. O peso por espécie nas empresas e nos agregados familiares.

Com esta fonte administrativa é possível obter no domínio da produção:

- 1) Quantidade de animais abatidos
- 2) Produção de carne
- 3) Produção de leite
- 4) Produção de ovos

Além de fontes administrativas, o CAP também recolhe informação referente aos efectivos pecuário. O quadro abaixo apresenta o número de explorações por espécie animal. De acordo com o CAP 2009/2010

Quadro 4: Número de explorações por espécie animal segundo tipo de exploração

Espécie animal	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Bovinos	182.825	22.087	663	205.575
Caprinos	770.598	17.949	533	789.080
Ovinos	37.032	3.988	302	41.322
Suinos	425.933	7.443	198	433.574
Burros	8.440	996	52	9.488
Coelhos	19.160	412	47	19.619
Galinhas	2.302.046	20.409	432	2.322.887
Patos	311.309	5.219	202	316.730
Gansos	2.698	439	56	3.193
Perus	22.033	1.287	85	23.405
Galinha-do- mato	123.777	3.102	84	126.963

Quadro 5: Percentagem da distribuição dos animais por tipo de exploração

Espécie animal	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Bovinos	88,9	10,7	0,3	100
Caprinos	97,7	2,3	0,1	100
Ovinos	89,6	9,7	0,7	100
Suíños	98,2	1,7	0,0	100
Burros	89,0	10,5	0,5	100
Coelhos	97,7	2,1	0,2	100
Galinhas	99,1	0,9	0,0	100
Patos	98,3	1,6	0,1	100
Gansos	84,5	13,7	1,8	100
Perus	94,1	5,5	0,4	100
Galinha –do-mato	97,5	2,4	0,1	100

Quanto à informação sobre preços, existe o SIMA, que semanalmente recolhe e publica informação sobre os mercados agrícolas no país e região. Com base no SIMA é possível obter no domínio dos preços:

- 1) Preços e mudança percentual a nível de grossista
- 2) Índice de preços grossista dos produtos alimentares

O Índice de preços no produtor, IPC é providenciado mensalmente pelo , instituto Nacional de Estatística, INE

3.3. Estatísticas da Pesca

O Ministério das Pescas é Órgão Delegado do INE e tem a responsabilidade de produzir as estatísticas das pescas. Pode-se aceder a informação estatística sobre a captura do pescado a nível nacional, a produção tanto em águas interiores como em águas marinhas; a aquacultura, entre outras estatísticas. Quanto a importação e exportação em valores de produtos da pesca, o INE dispõe dessa informação com a periodicidade anual.

O Ministério das Pescas vem contribuindo para o melhoramento do conhecimento sobre o sector através dos censos da pesca artesanal desde o ano de 1990. Os censos têm sido realizados sob a coordenação do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE). Numa primeira fase os censos foram realizados a nível provincial, cobrindo todas províncias com excepção de Manica. A partir de 1998 uma segunda fase de recenseamentos iniciou com o objectivo de actualizar a informação disponível. Em 2002 e 2003 teve lugar a terceira fase onde foram cobertas águas marítimas e interiores respectivamente.

Os Censos da Pesca Artesanal constituem um processo de levantamento de informações de carácter socioeconómico, tecnológico e em certa medida ecológico, através de realização de inquéritos nos Centros de Pesca e junto das comunidades pesqueiras. O objectivo principal dos censos da pesca artesanal é produzir e disponibilizar, principalmente, informações socioeconómicas e tecnológicas, como por exemplo: número de Centros de Pesca; Número de pescadores; Número de embarcações, Número de unidades e artes de pesca; Tipos de processamento existentes.

Estas informações são usadas por diferentes instituições e agentes intervenientes para efeitos de planificação, definição de estratégias, prioridades de intervenção, monitoria das actividades e avaliação do impacto dos programas implementados no âmbito das atribuições do sector das pescas em geral e, em particular do IDPPE. São também um grande contributo para o Sistema Nacional de Estatísticas da Pesca Artesanal (SNEPA), na medida em que poderão ser usados para as estimativas das capturas artesanais e a avaliação de recursos pesqueiros e também para a estimativa da produção nacional artesanal.

3.4. Estatísticas sobre Florestas

Os recursos florestais são os produtos da floresta - matérias-primas, alimentos e paisagem para recreio e lazer. A madeira é usada nas indústrias de mobiliário e papel. As resinas servem para a indústria das tintas e vernizes. Os frutos e sementes como castanhas, nozes e pinhões e os cogumelos comestíveis têm como destino a indústria alimentar.

Em Moçambique a Lei nº 10/99, estabelece os princípios e normas básicos sobre a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos. Os serviços de florestas providenciam inputs intermédios para outros sectores tais como turismo, apascento de animais, etc. e tais benefícios são subestimados. Em termos de disponibilidade de informação florestal, a Direcção nacional de florestas do Ministério da Agricultura produz:

- 1) Quantidade produzida dos produtos florestais
- 2) Quantidade exportada dos produtos florestais
- 3) As estatísticas do comércio externo do INE providenciam o valor das importações dos produtos florestais e o valor das exportações dos produtos florestais

Tipo de formação florestal existente em Moçambique: Floresta alta, floresta baixa, matagais, pradarias, mangais e vegetação de dunas.

Quadro 6 : Cobertura de Mangais

	Contas físicas (ha)
Stock em 1972	408.079
Mudanças nas reservas	
- área degradada	14.569
+ novas áreas	2.570
Stock em 1990	396.080

Fonte: compêndio das estatísticas ambientais com adaptação dos autores (a taxa de desmatção % de alteração de 3.9)

Quadro 7 : Área reflorestada (hectares) por ano 2006-2008

Província	2006	2007	2008
Maputo	87	110	4
Gaza	44	19	12
Inhambane	20	7	93
Sofala	22		516
Manica	1.183	710	1.306
Tete	164	40	19
Zambézia	9	58	1.186
Nampula	49		62
C.Delgado		290	203
Niassa	2.513	5.040	6.404
Total	4091	6274	9805

Fonte: compêndio das estatísticas ambientais

3.5. Recursos Hídricos

Os recursos hídricos são as águas superficiais ou subterrâneas disponíveis para qualquer tipo de uso. As terras subterrâneas são os principais reservatórios de água doce disponíveis para os seres humanos (aproximadamente 60% da população mundial tem como principal fonte de água os lençóis freáticos ou subterrâneos).

À partida, sendo a água um recurso renovável estaria sempre disponível para o homem utilizar. No entanto, como o consumo tem excedido a renovação da mesma, actualmente verifica-se um *stress hídrico*, ou seja, falta de água doce principalmente junto aos grandes centros urbanos e também a diminuição da qualidade da água, sobretudo devido à poluição hídrica por esgotos domésticos e industriais.

Para além das precipitações que variam de 400 mm ao ano em algumas regiões semi-áridas para 1200-1500 mm e que constituem a fonte principal do fornecimento de água às culturas, existem vários rios que cruzam o país particularmente no sentido Oeste-Este, desaguando no Oceano Índico, sem no entanto quase na sua totalidade, ser usado para a rega. Trata-se dos rios Rovuma, Lúrio, Ligonha, Licungo, Zambeze, Save, Limpopo, Incomati, entre outros. Em termos de disponibilização de informação, o Compendio das estatísticas do ambiente fornece a quantidade de chuva por área específica

3.6. Uso da Terra

Moçambique tem um total de 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais apenas cerca de 6 milhões estão sendo cultivados, ou seja cerca de 16%. Dos 3.3 milhões de hectares de terra potencial para irrigação apenas 50 mil hectares estão sendo usados para tais propósitos. Cerca de 12 milhões de hectares são classificados como pastagens naturais. As florestas cobrem uma área de 46.4 milhões de hectares, sendo 20 milhões de hectares de florestas produtivas e 8.8 milhões de hectares áreas de conservação. O compendio de estatísticas ambientais produzido conjuntamente entre o INE e o Ministério do ambiente, fornece a informação sobre a aptidão e uso da terra.

Quadro 8 : Aptidão e uso da terra

Descrição	Uso	Área (ha)
Terras aráveis	Com aptidão para rega	36.000.000
	Terras cultivadas	5.000.000
Terras irrigáveis		3.300.000
	Terras irrigadas	50.000
Formações florestais		46.400.000
	Parques e reservas	8.800.000
	Florestas produtivas	20.000.000
Pastagens naturais		12.000.000

Fonte: compêndio de estatísticas ambientais

51% do país é coberto por florestas densas (densas decíduas, abertas, mangais, áreas inundadas);
19% do território é ocupado por outras formações lenhosas;
15% da terra é ocupada pela agricultura
12% ocupadas por pradarias
3% outras áreas (áreas urbanas)

O sector da agricultura

A agricultura em Moçambique é praticada em grandes explorações sendo parte delas com orientação comercial (agricultura comercial) e por pequenas e médias explorações, que representam cerca de 98% e que a sua produção maioritariamente é destinada ao auto consumo das famílias rurais. Neste grupo de explorações a mão-de-obra predominante é a família.

O quadro seguinte apresenta dados do MADER/DAP (2001) com base no inquérito agro-pecuário de 1999/2000 que registou a existência de cerca de 3.054.106 pequenas explorações agrícolas. As explorações de dimensão média foram estimadas em 10.180 no CAP/2000 e 37.296 no TIA/2002. As grandes explorações situavam-se em 429 unidades, para ambas as fontes de informação.

Quadro 9 : Sumário das características chave do sector da agricultura em Moçambique 1999-2000

Indicadores	Tipos de explorações agrícolas			Total
	Pequenas	Médias	Grandes	
Número de explorações agrícolas	3.054.106	10.180	429	3.064.715
Área total cultivada (ha)	3.736.619	67.727	120.977	3.925.324
Área média por exploração (ha)	1,22	6,65	282	1,28
% de área cultivada com culturas alimentares	84,4	74,2	7,6	81,8
% de área cultivada com culturas de rendimento	4,7	5,1	30,2	4,5

Fonte: CAP 1999- 2000, Quanto cultivamos?

De modo geral, os pequenos produtores dominam em termos de espaço territorial e de número de agricultores, e a produção global depende muito dos sistemas de produção dos pequenos produtores.

3.7. Disponibilidade alimentar para o consumo humano, comércio externo e população

O Ministério da Indústria e Comércio é mais uma fonte administrativa que o país tem e que dispõe de uma base de dados contendo informação sobre a disponibilidade de alimentos. As estatísticas do comércio externo são fornecidas pelo INE e dispõe apenas valores dos bens.

Quanto aos dados de população, cabe ao INE a produção e divulgação desses resultados. Para os anos em que não se realizam o recenseamento geral da população, o INE dispõe de projecções e estão disponíveis até 2040. Quanto as estatísticas do trabalho, cabe ao INE a sua produção e divulgação. Os censos realizam-se de dez em dez anos, e nos anos intermédios realiza-se inquérito a força de trabalho que nos fornece indicadores do trabalho.

O CAP 2009/2010 fornece o número de explorações agrícolas que utiliza pesticidas, fertilizantes. Não tem disponível a quantidade utilizada nem a proveniente desses insumos. O uso da rega, fertilizantes e pesticidas constituem um importante ingrediente para a melhoria da produção e da produtividade agrícola.

Em Moçambique, tal como atrás nos referimos, abunda a agricultura de familiar (para o auto-consumo) e o uso insumos é pequeno como mostra o quadro se segue.

Quadro 10 : Uso de insumos nos anos 2001 a 2003

Descrição	2001	2002	2003
Explorações agro pecuárias existentes	3.064.287	3.127.493	3.209.594
Área cultivada (ha)	3.925.234	4.760.673	4.534.646
Nº de explorações que utilizam fertilizantes químicos	84.119 (2,7%)	116.337 (3,7%)	170.873 (5,3%)
Nº de explorações que usam pesticidas	139.260 (4,5%)	211.327 (6,8%)	171.751 (5,4%)
Nº de explorações que utilizam rega	119,917 (3,9%)	337.695 (10,8%)	190.808 (5,9%)
Evolução da produção de madeira em toros (m ³)	91.215	130.290	96.271

Fonte: Compêndio das estatísticas do ambiente

Infra-estrutura (instalações de armazenamento, estradas, energia eléctrica, cobertura de telefonia móvel)

Q

quanto à maquinaria o INE dispõe informação sobre a importação e exportação em valores, No tocante ao uso de maquinaria, o INE dispõe de um inquérito anual à indústria que fornece essa informação e é reforçada pelos documentos administrativos do Ministério das Obras Públicas e Habitação.

Quadro 11 : Rede de estradas urbanas e classificadas de acordo com o tipo de piso (km)

Classe	Não pavimentadas	Pavimentadas	Total
Primárias	1.407	4.459	5.866
Secundárias	3.983	809	4.792
Terciárias	11.645	516	12.161
Vicinal	6.500	30	6.530
Subtotal Classificadas	23.535	5.814	29.349
Urbanas	2500	500	3000
Total	26035	6314	32349

Em Moçambique, cerca de 80% das estradas são não pavimentadas. Das estradas pavimentadas, 65% são consideradas de estarem em boas condições. Quando se está na época chuvosa e devido ao facto de as estradas das zonas rurais serem não pavimentadas na sua maioria, as suas implicações são grandes, praticamente corta-se a comunicação via estrada.

Crédito à economia por sector de actividade económica

O quadro 17do anexo apresenta dados do Banco de Moçambique, ilustrando o crédito à economia Moçambicana por sector de actividade económica para o período compreendido entre os meses de Janeiro ao mês de Dezembro de 2009. Constatase que do total de crédito concedido em 2009, 24.6% foi para o comércio, 11.9% para transportes e comunicações; 10.8% para a indústria transformadora e a agricultura aparece com 5.3%. O CAP 2009/2010 apurou o número de explorações agrícolas com acesso ao crédito para prática agrícola por província segundo a fonte de crédito, como se pode verificar no quadro que se segue:

Quadro 12 : No de explorações com acesso ao crédito para prática agrícola segundo a fonte de crédito.

	Bancos Comerciais	Bancos de Desenvolvimento Agropecuario	Sociedades ou cooperativas de Crédito	Provedores de insumo
Província				
Número de exploracoes	3269	1743	7398	36475
Niassa	262	80	14	822
C.Delgado	100	244	1044	0
Nampula	752	93	1163	80
Zambézia	458	131	155	912
Tete	377	10	3963	32595
Manica	501	340	0	554
Sofala	4	1	11	1031
Inhambane	90	45	74	339
Gaza	317	553	786	71
Maputo	297	117	187	2
C. Maputo	111	129	1	69

Economia (Valor agregado na agricultura e seu nível de desagregação)

Os quadros 18 e 19 apresentam o Valor acrescentado bruto, VAB de Moçambique em mil Meticais para o período compreendido entre o ano de 1996 à 2010. Como se pode observar os ramos da agricultura, produção animal e silvicultura, têm um peso bastante grande na economia moçambicana, uma média de 23% em 15 anos. Destaca-se a agricultura com uma média de 19% em 15 anos. Se tivermos em conta que a produção agrícola nacional é maioritariamente de subsistência, como sustentam os resultados do Censo Agro_ pecuário, CAP, facilmente entender-se-á que o cenário é típico de uma economia pouco desenvolvida.

Os ramos da produção animal e da silvicultura, ainda têm pequena expressão em termos de PIB. O quadro 26, apresenta as exportações do ramo da agricultura durante o período compreendido entre os anos de 2003 e 2010. O quadro 27 apresenta os respectivos pesos. Os quadros 28 e 29 apresentam respectivamente as exportações do ramo da produção animal e silvicultura. De acordo com a informação dos quadros atrás referidos, pode-se verificar o comportamento das exportações moçambicanas no sector.

3.8. Descrição do sistema nacional de códigos de produtos e

3.9. Classificação /nomenclaturas nacionais e ligações para classificações nacionais

A definição específica da estrutura das nomenclaturas constitui um elemento chave para a produção de estatísticas, na medida em que são elas que determinam o conteúdo das diferentes rubricas retidas para constituir as contas do sistema. As classificações são elementos estruturantes na organização dos dados, no processo de compilação das estatísticas, na construção de quadros estatísticos, na análise e cruzamento de dados; permitem a comparabilidade internacional entre outras utilidades. A determinação dos níveis de detalhe que se vão utilizar é uma tarefa da responsabilidade de cada país tendo em conta os aspectos importantes da realidade económica, os principais aspectos que se pretende analisar, e a limitação da disponibilidade de informação estatística.

Moçambique segue as recomendações internacionais quanto ao uso de nomenclaturas e o INE possui um departamento que se encarrega pelos assuntos ligados às classificações. As nomenclaturas usadas em Moçambique são:

Para o detalhe a nível de *produtos*, dispõe-se da Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS) baseada na Central Product Classification e para o comércio externo: (a) SH, sistema harmonizado; (b) CTCI, Classificação tipo do comércio internacional; (c) CGCE, classificação das grandes categorias económicas.

A Classificação Nacional de Bens e Serviços(CNBS)

Os antecedentes da CNBS remontam a Julho de 1989, altura em que foi publicada, pela então Direcção Nacional de Estatística (DNE) ao abrigo do Decreto-Lei nº 22/82 de 22 de Julho, a Classificação de Actividades e Produtos (CAP). Esta classificação surgiu da necessidade de se ajustar o Sistema de Informação Estatística Nacional (SIEN) às exigências nacionais do momento e incluía no mesmo documento a classificação das actividades económicas e a classificação de produtos.

As profundas mudanças ocorridas nos últimos anos no tecido económico, quer a nível nacional, quer a nível internacional, determinaram a necessidade de se introduzir ajustamentos na CAP de forma a possibilitar o desenvolvimento e consolidação do SEN.

A CNBS-Rev.1 foi aprovada pela resolução nº 6/99 do Conselho Superior de Estatística (CSE), reunido em Sessão Ordinária a 13 de Outubro de 1999.

A CNBS - Rev.1 é um instrumento de base indispensável para desenvolver acções de produção estatística, condicionando também, de forma significativa, a qualidade e a comparabilidade das informações estatísticas. Tem como objectivos principais:

- Organização coordenada dos inquéritos à produção de bens e serviços, por ramo de actividade económica;
- Comparabilidade estatística a nível nacional, regional e mundial;
- Disponibilização aos fornecedores, produtores e utilizadores da informação estatística de um quadro normalizado, integrado e relacionado de nomenclaturas, potenciador de multifuncionalidades, quer no plano técnico, quer como instrumento de comunicação;
- Resposta a questionários nacionais, regionais e internacionais;

- Apoio na determinação do consumo aparente;
- Ajuda na definição da classificação económica CAE;

Para o detalhe a nível de *função*, dispõe-se:

Classificação do Consumo Individual por Objectivos de Moçambique, CCIO

A CCIO, surge como um passo necessário para o desenvolvimento e consolidação do SEN. A CCIO, elaborada a partir da classificação do consumo individual por objectivos (COICOP) das Nações Unidas, constitui um instrumento de vital importância para normalização e comparabilidade estatística Moçambicana e a nível internacional.

Ela apresenta cinco níveis estruturais: Divisão (dois dígitos), Grupo (três dígitos), Classe (quatro dígitos), Subclasse (cinco dígitos) e por último a Categoria (seis dígitos). A CCIO é um instrumento de base indispensável para desenvolver acções de produção estatística, condicionando também, de forma significativa, a qualidade e a comparabilidade das informações estatísticas. Tem como objectivos principais:

- Dotar o Sistema Estatístico Nacional de uma classificação do consumo individual adaptada à realidade Moçambicana
- Facilitar a comparação a nível internacional dos principais indicadores macro-económicos, através das componentes das despesas
- Servir de base à elaboração de classificações mais detalhadas para a selecção dos produtos que compõem o cabaz e recolha de preços no consumidor
- Classificar as transacções realizadas por Famílias, Instituições Particulares sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias e pelo Governo cuja finalidade é o consumo individual e que resultam em despesas

O sistema de codificação adoptado na CCIO é numérico e tem cinco níveis. Começa no nível divisão com dois dígitos, desce em “árvore” ao grupo (três dígitos), segue-se a classe (quatro dígitos), a subclasse (cinco dígitos) e por último o nível mais elementar, a categoria com seis dígitos, como é apresentado no quadro seguinte numa correspondência directa código/designação/nível.

Quadro 13: Exemplo da CCIO

Código	Designação	Nível
01	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Divisão
011	Produtos alimentares	Grupo
0111	Produtos de padaria, de pastelaria, cereais e outros produtos à base de cereais	Classe
01111	Arroz	Subclasse
011111	Arroz grão extra	Categoria

COPNI, Classificação das instituições sem fins lucrativos ,
COFOG, classificações das funções das administrações públicas

Também usa a classificação das construções, classificação das profissões de Moçambique. Para o detalhe a nível de *função*, dispõe-se classificação de actividades económicas, CAE:

- A CAE-Rev.1, foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 22/82, de 22 de Junho. Foi objecto de revisão e já está em uso a CAE Rev2 desde 2009;
- A CAE_Rev2 foi concebida para a preservação da comparabilidade estatística internacional, de forma integrada e harmonizada com a Classificação Internacional Tipo das Actividades Económicas, Revisão 4 (CITA-Rev.4) editada pelos Serviços de Estatística das Nações Unidas, a Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE) e a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas.

A CAE tem como objectivos principais:

- Classificação e agrupamento das unidades estatísticas produtoras de bens e serviços, segundo a actividade económica;
- Organização, de forma coordenada e coerente, da informação estatística económico-social, por ramo de actividade económica, em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.);
- Comparabilidade estatística a nível nacional e internacional.

4. VISÃO GERAL DAS NECESSIDADES DO USUÁRIO RELACIONADAS AS ESTATÍSTICAS AGRÁRIAS E ALIMENTARES EM MOÇAMBIQUE.

4.1. Tomadores de decisão do sector público & 4.2 Tomadores de decisão do sector privado

Moçambique é um país maioritariamente agrícola; o peso do sector da agricultura ronda os 23%. Agricultura, dada a sua importância, tem sido alvo de atenção especial tanto do sector público como do privado. É contínua e incessante a procura de informação relacionada com a agricultura, tanto a nível académico, sociedade civil, doadores até ao nível dos decisores de política macroeconómica.

Para os decisores, tem havido a preocupação e interesse na melhoria da qualidade das estatísticas agrárias, razão pela qual se tem dado prioridade à realização de inquéritos agrícolas, condução de estudos e formações relacionados com a área.

5. EXPECTATIVAS DE CountrySTAT E SINERGIAS COM INICIATIVAS EM CURSO – MOÇAMBIQUE

O CountryStat Moçambique foi lançado em Maputo em Março de 2011 com 38 conjuntos de dados tanto a nível nacional como regional. Os dados disponíveis são os produzidos pelo INE, MINAG, Ministério das Pescas, Ministério do Comércio, Autoridade Tributária.

A implantação do CountryStat em Moçambique visa essencialmente dar às instituições moçambicanas, uma base de dados fiáveis que os permitam fortalecer cada vez mais as suas redes institucionais, e assegurar a organização, harmonização e padronização dos dados estatísticos que são disseminados por diferentes departamentos, instituições ou fontes, para que sejam integradas numa plataforma comum, através de uma combinação única de estatísticas baseadas nas tecnologias de informação. As expectativas vão no sentido de se ter uma fotografia da realidade Moçambicana, baseada em informação (números, quadros) robusta. Neste sentido esperar-se:

- Que se conduza inquéritos agrícolas anuais alinhados com os Censos Agrícolas e muito bem planeados;
- Que o governo aloque os recursos necessários para a condução dos inquéritos para que sejam de acordo as boas práticas para a recolha, tratamento e disseminação de informação.
- Que se avalie a qualidade dos dados administrativos para complementar os dados estatísticos.

6. FACTORES IMPORTANTES PARA O SUCESSO DO PROJECTO CountrySTAT – MOÇAMBIQUE

Em geral, a formulação de projectos pode ser vista como uma parte integrante de um processo mais amplo e focado de planificação do desenvolvimento. Portanto, existe uma relação lógica entre projecto e as políticas, estratégias e os programas de desenvolvimento.

A análise das exigências de cada alternativa ao nível dos recursos que obriga a mobilizar é um processo complexo dada a multiplicidade de acções que podem compor esse projecto e da variedade de tais recursos (tempo, meios humanos, meios financeiros, equipamentos, etc.).

Se considerarmos o CountrySTAT Moçambique como um projecto de desenvolvimento, ele terá como objectivo principal mudar a situação presente e com o passar do tempo, ter-se uma situação melhorada.

Vários factores concorrem para o sucesso do projecto. Para que este seja bem sucedido é necessário:

- 1) Que se melhore o método da recolha de dados nos inquéritos anuais e nos Censos decenais;
- 2) Que se melhore a capacidade analítica e crítica dos dados agrícolas de modo a evitar discrepâncias. Para tal, é necessária capacitação dos recursos humanos a todos níveis: central, provincial, distrital, etc.;
- 3) Que a disseminação dos resultados seja em tempo oportuno e que satisfaça os utilizadores;
- 4) Que o Governos contribua para um estado benéfico, definindo políticas favoráveis ao desenvolvimento de tecnologia, extensão e investimento de infra-estrutura principalmente a rural.

ANEXOS

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é um indicador que ilustra a evolução objectiva dos preços num determinado período de tempo, de um conjunto de bens e serviços, de qualidade constante, representativo da estrutura de consumo de uma determinada população e num determinado espaço geográfico.

Um IPC mede as variações nos preços dos bens e serviços que as famílias consomem. Estas variações nos preços afectam o poder de compra real dos rendimentos dos consumidores e o seu bem-estar. Como os preços de diferentes bens e serviços não variam todos na mesma taxa, um índice de preços apenas pode reflectir o movimento médio.

O cabaz actual do IPC foi derivado do Inquérito ao Orçamento Familiar 2008/2009. O cabaz é composto por vários produtos tanto bens como serviços que foram escolhidos de acordo com a sua representatividade.

Resultante do trabalho de análise do IOF, foram apurados para o cabaz Nacional 320 bens e serviços; para o da Cidade de Maputo, o painel de produtos é constituído por 286 produtos ; O painel de bens e serviços que serve de base para a recolha de preços em Nampula, é constituído por 185 produtos. Para Beira, o painel de bens e serviços que serve de base para a recolha de preços é constituído por 240 produtos.

Os produtos do painel são agregados de acordo com a classificação de Consumo Individual por objectivos adoptado pelas Nações Unidas (COICP é a designação em Inglês). A recolha de preços é feita em mercados e outros estabelecimentos de venda (lojas). A recolha nos mercados é semanal para os produtos frescos e outros que pelas suas características estão sujeitos a variações significativas de preços ao longo do mês, sendo os restantes recolhidos mensalmente nos mercados, lojas e estabelecimentos especializados.

Para a agregação dos índices adoptou-se a fórmula Laspeyres, que é um índice com ponderações fixas obtidas a partir do painel de bens e serviços estabelecido para o período base. Duma maneira geral, a classe de Alimentação e Bebidas não alcoólicas detém maior número de bens e serviços, que ronda entre os 37% e 39% nos diferentes cabazes.

Sistema de Informação e Mercados Agrícolas, SIMA

O SIMA começou como um projecto da MSU, Michigan State University em 1992 e a partir de 2004 passou a ser orçamentado pelo MINAG. O SIMA tem para o sector agrícola, entre outros, os seguintes objectivos:

- Minimizar a diferença de poder de negociação entre produtores e compradores;
- Obter os preços mais recentes possíveis de diferentes locais;
- Reduzir os custos de transacção para produtos agrícolas
- Assegurar que os produtores e comerciantes possam vender os seus produtos
- Facilitação de contacto entre produtores e comerciantes

Em termos de metodologia:

- Faz recolha semanal dos preços para produtos básicos usando uma ficha de inquérito meio-estruturada
- Somente 2ª feira para mercados com características retalhistas e produtores
- 2a e 6a feiras para mercados com todas características (Retalhistas produtores e grossistas)
- Três comerciantes são inquiridos aleatoriamente no Mercado; caso o número existente for maior que 3 mas se forem menor ou igual a 3 são inqueridos todos.

Dados dos preços:

Tem cobertura nacional e faz recolha em 25 mercados (distritos) incluindo todas as cidades capitais

Níveis grossistas, retalhistas (mercados), e produtores; São monitorados cerca de 28 produtos básicos. Faz-se a evolução dos produtos com o tempo (aspectos qualidades)

O SIMA semanalmente faz a recolha de informação de mercado; Faz o seu tratamento da informação, verificação e respectiva disseminação.

Quadro 14 : Número de explorações por cultura alimentar básica (1000 explorações)

	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Culturas básicas				
Milho	2.613	22	-	2.636
Arroz	536	3	-	539
Feijão Nhemba	1.652	1 5	-	1.667
Feijão Manteiga	284	4	-	288
Mapira	989	7	-	996
Mexoeira	152	3	-	155
Amendoim	1.448	13	-	1.460
Feijão Boer	1.041	2	-	1.043
Feijão Jugo	466	3	-	469

Quadro 15 : Percentagem da distribuição das explorações por tipo de exploração

Distribuição por tipo de exploração, %	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Milho	99,15	0,83	0,02	100
Arroz	99,52	0,47	0,01	100
Feijão Nhemba	99,12	0,87	0,01	100
Feijão Manteiga	98,56	1,41	0,03	100
Mapira	99,33	0,66	0,01	100
Mexoeira	98,24	1,74	0,02	100
Amendoim	99,12	0,87	0,01	100
Feijão Boer	99,81	0,19	0	100
Feijão Jugo	99,31	0,68	0,01	100

Quadro 16 : Área cultivada por cultura alimentar básica, segundo província

Cultura	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica
Total (ha)	272.105	255.397	507.966	581.328	395.718	343.745
Milho	148.640	97.548	136.396	193.371	237.404	213.726
Arroz	13.541	29.503	28.900	127.727	923	2.101
Feijão Nhemba	15.227	28.715	71.265	26.178	36.440	28.194
Feijão Manteiga	28.572	388	8.690	12.407	29.917	9.953
Mapira	26.389	42.382	60.658	31.732	31.882	47.465
Mexoeira	3.433	2.591	2.172	2.475	11.925	9.937
Amendoim	9.567	30.595	132.578	27.374	36.829	20.244
Feijão Boer	22.593	18.720	41.434	154.243	8.735	4.246
Feijão Jugo	4.143	4.955	25.873	5.821	1.663	7879

Quadro 17 : Percentagem da área de cultivo por cultura em relação ao total da província

	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica
Cultura	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Milho	54,6	38,2	26,9	33,3	60,0	62,2
Arroz	5,0	11,6	5,7	22,0	0,2	0,6
Feijão Nhemba	5,6	11,2	14,0	4,5	9,2	8,2
Feijão Manteiga	10,5	0,2	1,7	2,1	7,6	2,9
Mapira	9,7	16,6	11,9	5,5	8,1	13,8
Mexoeira	1,3	1,0	0,4	0,4	3,0	2,9
Amendoim	3,5	12,0	26,1	4,7	9,3	5,9
Feijão Boer	8,3	7,3	8,2	26,5	2,2	1,2
Feijão Jugo	1,5	1,9	5,1	1,0	0,4	2,3

Quadro 18 : Percentagem por cultura em relação ao nº total de explorações

Cultura	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica
Milho	94,2	76,8	49,8	59,2	93,5	92,9
Arroz	14,4	17,5	9,4	29,4	0,9	2,9
Feijão Nhemba	32,0	44,9	43,8	20,3	54,2	52,8
Feijão Manteiga	28,2	0,4	0,7	5,5	29,1	12,9
Mapira	46,0	43,2	28,4	16,0	28,1	44,2
Mexoeira	8,9	3,2	1,8	1,2	11,4	8,1
Amendoim	21,4	41,7	61,7	17,1	46,1	33,5
Feijão Boer	42,8	30,5	26,9	57,5	10,9	10,1
Feijão Jugo	11,5	10,2	22,4	5,0	3,2	16,1

Quadro 19 : Percentagem em relação ao total do país

Cultura	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica
Milho	8,0	9,8	15,7	18,6	13,3	9,4
Arroz	6,0	10,9	14,5	45,3	0,7	1,4
Feijão Nhemba	4,3	9,1	21,8	10,1	12,2	8,4
Feijão Manteiga	22,1	0,5	1,9	16,0	38,0	11,9
Mapira	10,4	14,6	23,7	13,3	10,6	11,8
Mexoeira	13,0	7,0	9,9	6,6	27,8	13,9
Amendoim	3,3	9,6	35,0	9,7	11,9	6,1
Feijão Boer	9,2	9,9	21,4	45,7	3,9	2,6
Feijão Jugo	5,5	7,3	39,7	8,8	2,6	9,4

Quadro 20 : N° de explorações por cultura alimentar básica segundo a província

Cultura	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica
Milho	212.001	258.433	413.296	490.323	351.786	246.655
Arroz	32.496	58.956	77.881	243.731	3.523	7.600
Feijão Nhemba	72.055	151.012	363.770	168.449	203.843	140.218
Feijão Manteiga	63.569	1.500	5.446	45.955	109.444	34.235
Mapira	103.632	145.524	235.988	132.232	105.684	117.439
Mexoeira	20.109	10.900	15.347	10.177	42.976	21.456
Amendoim	48.218	140.479	511.785	141.390	173.340	88.833
Feijão Boer	96.269	102.810	223.187	476.810	40.976	26.917
Feijão Jugo	25.862	34.268	186.028	41.315	12.020	44.106

Quadro 21 : Número de explorações por cultura de rendimento segundo o tipo de exploração

Cultura	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Algodão	82.758	1.013	19	83.790
Girassol	37.128	608	22	37.758
Cana de açúcar	223.841	1.927	57	225.825
Tabaco	110.382	879	16	111.277
Sisal	7.465	55	4	7.524
Soja	32.715	313	10	33.038
Chá	663	0	6	669
Gengibre	1.325	16	0	1.341
Trigo	6.363	89	3	6.455
Gergelim	280.852	2.757	24	283.633
Paprica	145	0	2	147
Jatropha	2.686	90	0	2.776

Quadro 22 : Distribuição das percentagens das culturas por tipo de exploração

Cultura	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Algodão	98,77	1,21	0,02	100,00
Girassol	98,33	1,61	0,06	100,00
Cana- de- açúcar	99,12	0,85	0,03	100,00
Tabaco	99,20	0,79	0,01	100,00
Sisal	99,22	0,73	0,05	100,00
Soja	99,02	0,95	0,03	100,00
Chá	99,10	0,00	0,90	100,00
Gengibre	98,81	1,19	0,00	100,00
Trigo	98,57	1,38	0,05	100,00
Gergelim	99,02	0,97	0,01	100,00
Paprica	98,64	0,00	1,36	100,00
Jatropha	96,76	3,24	0,00	100,00

Quadro 23 : Crédito à economia por sector de actividade económica

Sectores de Actividades	Jan-09	Fev-09	Mar-09	Abr-09	Mai-09	Jun-09	Jul-09	Ago-09	Set-09	Out-09	Nov-09	Dez-09
Agricultura	2.369	2.344	2.116	2.122	2.380	2.439	2.585	2.553	2.626	2.611	2.811	3.145
Pecuária	72	321	82	79	80	81	85	74	76	77	78	76
Silvicult.e expl. Florestal	58	166	183	65	154	220	64	52	52	52	54	51
Pescas	1.021	1.081	1.134	1.268	1.178	1.213	1.184	1.184	1.211	1.130	1.242	1.147
Industria extractiva	619	330	946	655	786	772	625	686	756	803	816	936
Indústria transformadora	4.159	4.761	5.482	5.930	7.180	6.974	6.115	6.416	6.523	6.564	6.666	5.919
Electricidade gás e agua	953	930	1.798	1.077	1.939	2.018	1.023	1.039	1.073	1.099	1.156	1.314
Construção e obras públicas	1.729	1.773	2.117	2.137	2.380	2.523	2.469	2.561	2.809	2.983	3.347	4.021
Indústria de turismo	1.519	1.552	1.689	1.607	1.792	1.785	1.837	1.820	1.926	2.013	1.868	1.562
Comércio	9.970	10.822	11.247	10.040	11.553	11.318	10.113	10.619	11.063	11.149	12.271	14.767
Transportes e comunicações	5.147	5.228	5.656	5.662	5.855	5.748	6.487	7.642	7.821	8.356	8.497	7.679
Inst. financ.n/ monetárias	242	134	213	208	186	214	194	195	170	206	237	172
Outros sectores	15.481	14.502	12.835	16.662	13.514	14.052	19.023	19.743	21.083	22.501	22.527	22.359
Particular	7.659	8.446	7.888	8.316	8.640	8.946	9.848	9.555	10.024	10.925	11.240	10.522
Habitação	1.618	1.466	1.670	1.632	1.489	1.706	1.457	2.130	2.163	2.011	2.082	1.810
Diversos	6.203	3.082	3.278	6.714	3.303	3.400	7.718	8.046	8.896	9.565	9.204	10.027
Total	43.339	43.942	45.496	47.512	48.977	49.358	51.804	54.583	57.191	59.544	61.572	63.148
Fonte / Source: BM/DEE												

Quadro 24 : Valor Acrescentado Bruto da agricultura, produção animal, silvicultura e pescas e respectivo peso no Produto Interno Bruto.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
VAB por ramos de actividade							
Produção agrícola e de serv relac	8.250.165	10.050.354	10.738.379	10.887.427	9.823.894	12.098.145	18.540.110
Produção animal e de serv relac	663.081	815.137	877.618	926.417	1.006.920	1.211.347	2.070.778
Silvicultura, exploração florestal e activ relat	1.059.708	1.163.511	1.140.212	1.417.066	1.491.031	2.153.801	2.896.934
Pesca, aquacultura, e activ dos serv relat	1.310.503	1.565.980	1.418.364	1.309.910	1.382.172	1.448.578	1.780.941
PIB, produto interno bruto	36.611.168	43.981.346	51.351.327	57.951.470	65.630.830	84.368.362	99.478.978
Peso da prod agrícola no PIB	0,23	0,23	0,21	0,19	0,15	0,14	0,19
Peso da prod animal no PIB	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03
Peso da silvicultura no PIB	0,04	0,04	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02

Quadro 25 : Continuação do quadro 24 para os anos de 2003 à 2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
VAB por ramos de actividade								
Produção agrícola e de serv relac	20.334.608	22.965.224	26.751.512	33.836.408	39.126.816	47.850.616	54.372.156	69.060.264
Produção animal e de serv relac	2.424.429	2.906.156	3.250.909	3.693.718	3.932.850	4.475.727	4.887.166	5.371.694
Silvicultura, exploração florestal e activ relat	3.247.466	3.763.083	4.835.429	5.512.323	6.371.297	7.782.601	8.165.271	8.655.403
Pesca, aquacultura, e activ dos serv relac	2.125.536	2.244.153	2.284.026	2.810.412	3.398.045	4.258.667	4.226.822	5.047.079
PIB, produto interno bruto	110.972.749	128.668.292	151.706.913	180.241.658	207.643.573	240.357.737	266.213.069	312.751.427
Peso da prod agrícola no PIB	0,18	0,18	0,18	0,19	0,19	0,20	0,20	0,22
Peso da prod animal no PIB	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
peso da silvicultura no PIB	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02

Quadro 26 : Exportações da agricultura em mil meticais e a preços correntes

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total de exportações de B&S	24.815.956	29.136.749	38.340.811	46.212.591	54.861.287	64.146.156	72.638.331	73.799.354	78.931.162
Ramo da Produção agrícola e de serv_relac	1.555.207	1.655.086	2.200.772	3.213.039	3.629.823	3.198.268	2.773.657	6.030.795	5.010.681
Trigo	14.566	16.369	6.436	0	0	0	30.116	0	0
Milho	165.130	31.962	64.370	73.877	396.115	126.816	78.324	18.084	9.973
Arroz em casca	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mapira, mexoeira e outros cereais em grau	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Algodão-carão	359.932	470.681	588.351	1.107.484	1.096.269	50	21.347	707.469	100.199
Amendoim	2.860	30.246	3.798	87.280	6.093	190.759	68.688	89.655	38.159
Copra e coco	22.531	255	1.000	0	0	0	87	345	0
Cana de açúcar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tabaco-folha	567.112	501.014	937.903	946.955	1.107.744	1.290.863	156.840	1.933.302	4.060.073
Mandioca	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros tubérculos e raízes	81	7.995	13	0	26	7	49.788	49.788	1
Feijão	8.127	8.923	17.405	29.816	33.272	52.579	311.408	1.571.769	10.518
Produtos hortícolas	6.438	7.669	6.023	12.047	11.630	2.499	500.938	15.983	500
Castanha de caju	221.835	335.878	207.740	252.311	364.860	572.436	541.094	622.359	750.591
Chá-folha	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Frutas frescas	52.900	40.967	54.152	446.879	197.068	239.626	953.072	953.072	4.382
Outros produtos agrícolas de uso industrial	106.674	176.256	277.800	214.849	375.944	575.788	51.387	5.399	6.911
Outros produtos agrícolas não industriais	27.021	26.872	35.782	41.541	40.802	146.846	10.568	63.571	29.374

Quadro 27 : Pesos da exportação de produtos agrícolas

Exp_prod/ Exp_agric	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Trigo	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
Milho	0,11	0,02	0,03	0,02	0,11	0,04	0,03	0,00	0,00
Arroz em casca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mapira, mexoeira e outros cereais em grau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Algodão-caroto	0,23	0,28	0,27	0,34	0,30	0,00	0,01	0,12	0,02
Amendoim	0,00	0,02	0,00	0,03	0,00	0,06	0,02	0,01	0,01
Copra e coco	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cana de açúcar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tabaco-folha	0,36	0,30	0,43	0,29	0,31	0,40	0,06	0,32	0,81
Mandioca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros tubérculos e raízes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00
Feijão	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,11	0,26	0,00
Produtos hortícolas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00
Castanha de cajú	0,14	0,20	0,09	0,08	0,10	0,18	0,20	0,10	0,15
Chá-folha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Frutas frescas	0,03	0,02	0,02	0,14	0,05	0,07	0,34	0,16	0,00
Outros produtos agrícolas de uso industrial	0,07	0,11	0,13	0,07	0,10	0,18	0,02	0,00	0,00
Outros produtos agrícolas não industriais	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,05	0,00	0,01	0,01
Exp_ agric/ total_exp	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,05	0,04	0,08	0,06

Quadro 28 : Exportações do ramo da produção animal em mil meticais e a preços correntes

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Produção animal e de serv_relac	88	2.309	7.668	12.122	17.510	41.491	20.126	2.141	8.300
Gado bovino	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gado ovino, caprino e outros animais domesticados	0	297	0	0	161	39	147	0	8
Gado suíno	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aves vivas	0	425	0	0	0	0	0	0	0
Ovos frescos	0	155	0	0	0	0	0	0	0
Animais selvagens comestíveis	0	1.157	7.127	11.413	16.211	38.725	6.149	2.020	7.746
Produtos de origem animal	88	275	541	709	1.138	2.727	13.829	121	545

Quadro 29 : Exportações do ramo da silvicultura, expl. florestal e activ relat; 10³ Mt e a preços correntes

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Silvicultura, exploração florestal e activ_relac	304.323	260.499	497.472	481.775	626.888	605.521	911.746	155.513	205.931
Lenha e carvão vegetal	0	42	97	157	474	24	1.295	199	5
Madeira em toros e outros produtos da silvicultura	304.323	260.457	497.374	481.618	626.414	605.497	910.451	155.314	205.926

Quadro 30: Classificação da FAO e sua conversão para a classificação nacional de bens e serviços

Código de Mozambique CNBS Ver.2	Nome da cultura	Crop group	FAO COD	Crop name
		Cereals		
01 11 1 2 0 0	Milho em grão		56	Maize
01 12 0 0 0 0	Arroz, casca		27	Rice
01 11 1 1 1 0	Trigo em grão		15	Wheat
01 11 1 9 1 0	Mapira		83	Sorghum
01 11 1 9 2 0	Mexoeira		79	Millet
		Horticultures		
01 13 9 5 2 0	Alho comum		406	Garlic
01 13 9 1 3 0	Alface		372	Lettuce
01 13 9 5 1 0	Cebola		402	Onion
01 13 9 5 4 1	Cenoura		426	Carrot
01 13 9 1 2 1	Couve - repolho		358	Cabbage
01 13 9 3 5 1	Tomate para consumo em fresco		388	Tomato
01 13 9 3 5 2	Tomate para a indústria		388	Tomato
01 13 9 3 1 0	Pepino		397	Cucumbers
01 13 9 2 2 0	Melancia		567	Watermelon
01 13 9 2 1 0	Melão e meloa		568	Melon
		Oilseed		
01 11 2 2 2 0	Sementes de amendoim		242	Peanut
01 11 2 2 1 0	Sementes de soja		236	Soybean
		Roots and tubers		
01 13 1 0 1 0	Mandioca fresca		125	Cassava
01 13 1 0 2 0	Mandioca seca		125	Cassava
01 13 9 8 3 1	Batata-semente		116	Potatoes
01 13 9 8 3 2	Outra batata, excepto batata-doce		116	Potatoes
01 13 9 8 9 0	Raízes e tubérculos comestíveis com elevado teor de amido e inulina, n.e.		116	Potatoes
01 13 9 8 1 0	Batata Doce		122	Sweet potato
01 13 9 8 2 0	Inhame		137	Yams
		Pulses		
01 11 2 1 1 2	Feijão nhemba		195	Cow peas
	Feijão boer		197	Pigeon Peas
	Feijão jugo		203	Bambara bean
01 11 2 1 1 1	Feijão manteiga		176	Beans dry
		Sugar crop		
01 14 0 0 0 0	Cana de Açúcar		156	Sugar cane
		Fruits		
01 21 0 1 0 0	Banana		486	Banana
01 21 0 2 0 0	Ananás		574	Pineapple
01 22 0 1 0 0	Laranja		490	Orange
01 22 0 3 0 0	Limões e limas		497	Lemon
01 22 0 2 0 0	Tangerina		495	Mandarin
01 21 0 4 0 0	Manga		571	Mango
01 21 0 5 0 0	Papaia		600	Papaya
01 23 9 4 0 0	Maça		515	Apple
01 21 0 3 0 0	Abacate		572	Avocado
01 23 9 3 0 0	Uva		560	Grape
01 23 9 5 0 0	Pêras		521	Pear
		Permanet crop		

01 25 9 1 0 0	Café		656	Green Coffee
01 24 0 2 0 0	Coco		249	Coconuts
		Live Animals		
01 41 01 20	Vitelos		866	Veal
01 41 01 11	Vacas Leiteiras			
01 41 01 19	Outras Vacas			
01 41 01 31	Bovinos de Raça brava (Louros			
01 41 01 39	Outros bovinos machos N.E			
01 42 02 00	Caprinos vivos		1016	Goats
01 44 01 11	Galinhas poadeiras (excepto do mato)		1057	Chickens
01 44 01 12	Outras galinhas, (excepto do mato)		1057	Chickens
01 44 01 13	Pintos, (excepto do mato)		1057	Chickens
01 44 01 14	Frangos e galos (excepto do mato)		1057	Chickens
01 44 01 19	Outros Galinaceos (excepto do mato)		1057	Chickens
01 44 01 20	Galinhas do mato		1057	Chickens
01 42 0 1 0 0	Ovinos vivos		976	Sheep
01 44 0 1 5 0	Peru		1079	Turkey
01 43 0 0 10	Suínos co m menos de 20kgde peso, vivos (Leitões)		1034	Pig
01 43 0 0 20	Outros suínos não reprodutores		1034	Pig
01 43 0 0 30	Suínos reprodutores		1034	Pig
		Slaughtered animals		
10 10 1 1 11	carcaças, meias carcaças e quartos de bovinos, frescas ou refrigeradas		867	Meat of Veal
10 10 1 1 19	Outras peças de carne bovino (mesmo desossado), frescas ou refrigeradas		867	Meat of Veal
10 10 1 1 21	carcaças, meias carcaças e quartos de bovinos, congelados		867	Meat of Veal
10 10 1 1 29	Outras peças de carne bovino (mesmo desossado), congelados		867	Meat of Veal
10 10 1 4 10	Carne de animais da espécie caprina, fresca, refrigerada		1017	Meat of Goats
10 10 1 4 20	Carne de animais da espécie caprina, e congelada		1017	Meat of Goats
10 10 2 1 11	Frangos e galinhas inteiros, frescos ou refrigerados		1058	Meat of Chicken
10 10 2 1 12	Frangos e galinhas em pedaços, frescos ou refrigerados		1058	Meat of Chicken
10 10 1 2 11	Carcaças e meias carcaças de suíno, fresca ou refrigerada		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 12	Vãos, pernas, pás e respectivos pedaços de suíno, não desossados, frescos ou refrigerados		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 13	Lombos de suíno e seus pedaços, frescos ou refrigerados		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 14	Barrigas (entremeadas) de suíno e seus pedaços, frescas ou refrigeradas		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 19	Outras peças de suíno n.e., frescas ou refrigeradas		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 21	Carcaças e meias carcaças de suíno, congeladas		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 22	Vãos, pernas, pás e respectivos pedaços de suíno, não desossados, congelados		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 23	Lombos de suíno e seus pedaços, congelados		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 24	Barrigas (entremeadas) de suíno e seus pedaços, congeladas		1035	Meat of Pig
10 10 1 2 29	Outras peças de suíno n.e., congeladas		1035	Meat of Pig
		Products from		

		live animals		
01 41 0 3 0 0	Leite de vaca em natureza		882	COW MILK, WHOLE (Fresh)
01 44 0 2 1 0	Ovos de galinha com casca, frescos (excepto para incubação)		1062	HEN EGGS
01 49 1 2 0 0	Mel natural		1182	Honey bee
		Selected Processed products		
10 73 0 1 0 0	Açúcar em bruto (de cana e beterraba), em formas sólidas, sem aromatizantes nem corantes		158	Cane sugar, raw, centrifugal
10 40 1 5 4 0	Óleo de girassol e suas fracções, refinados, não quimicamente modificados		268	Sunflower
01 16 1 1 0 0	Semente de algodão		331	Cottonseed
10 40 1 1 10	Óleo de soja bruto, não quimicamente modificado		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 20	Óleo de amendoim bruto, não quimicamente modificado		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 30	Azeite virgem (bruto) não quimicamente modificado		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 40	Óleos de girassol e de cártamo brutos, não quimicamente modificados		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 50	Óleo de algodão bruto e suas fracções, não quimicamente modificado		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 60	Óleos de nabita, de colza e de mostarda e suas fracções, brutos, não quimicamente modificados		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 70	Óleo de palma bruto, não quimicamente modificado		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 80	Óleo de côco (óleo de copra) e suas fracções, brutos, não quimicamente modificados		340	Vegetable oils nes
10 40 1 1 90	Outros óleos vegetais n.e e respectivas fracções bruto, não quimicamente modificado(3)		340	Vegetable oils nes
01 11 1 3 0 0	Cevada		51	Beer Barley
		Other Crops/Product		
01 15 00 10	Tabaco total ou parcialmente destalonado		826	Tobacco, leaves
01 15 00 20	Outro tabaco não manufacturado		826	Tobacco, leaves
01 23 1 1 0 0	Castanha de Caju		217	Cashew nut

Quadro 31 : Metadados de referência de produtos vegetais

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados
144CPD010	Quantidade da produção de culturas básicas	Direcção de Economia, MINAG aureliomate@yahoo.com.br; ddiogo_moz@yahoo.com.br	FAO	Nacional	Após definição de uma amostra representativa até ao nível de província, foram seleccionadas as unidades primárias de amostragem. O questionário foi o principal instrumento de notação. em função das unidades de inquirição foram desenhados questionários para grandes, médias e pequenas explorações.	Trabalho de inquérito Agrícola, TIA	Papel e em formato electrónico	Anual
144SPD010	Quantidade da produção de culturas básicas por nível administrativo 1, produto e ano							
144CPD015	Área Colhida							
144SPD016	Área semeada							
144SPD016	Area semeada por nível administrativo 1, produto e ano							
144CAP312	Número de exploracoes por culturas alimentar básica	INE, DESE; camilo.amade@ine.gov.mz info@ine.gov.mz;e Ministério da Agricultura, Direcção de Economia	FAO		No CAP 2009-2010 foram introduzidas inovações metodológicas e tecnológicas, em relação ao I Censo Agro-pecuário (CAP 1999-2000) do País, realizado em 2000 e 2001 pelo INE e o MINAG (o então Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, MADER, nomeadamente:	Censo Agro Pecuário, CAP 2008/2009		

CAPQ2.3	Número de explorações por culturas alimentar básica segundo o tipo de exploração							
144CAP314	Área cultivada por cultura alimentar básica segundo a província				A recolha de dados do CAP 2009-2010 foi levada a cabo de Janeiro a Novembro de 2010 pelo INE em parceria com o MINAG, tendo beneficiado de assistência técnica e financeira da FAO, do Fundo Comum de Apoio ao ao SEN e do Governo. Nesta operação foram realizadas duas operações principais, nomeadamente entrevista geral dos módulos complementares (adicionais) e a medição de áreas a cerca de 20% dos agregados familiares com machambas nas áreas de enumeração seleccionadas. Os dados sobre a agricultura dizem respeito à campanha agrícola 2009/2010 e os da pecuária ao ano civil 2010.			
CAPQ2.2	Área cultivada por província segundo o tipo de exploração				Seguiu-se a METODOLOGIA MODULAR (FAO, WCA 2010)			
144CAP013	Número de explorações por classe de área cultivada segundo o tipo de exploração				Para a medição das machambas foi usado o GPS em substituição das bússolas e/ou fitas métricas.			
CAP09Q1.3	Número de explorações por classe de área cultivada e tipo de exploração							
144CAP411	Número de explorações por árvore de fruta							

144CAP412	Número de cajueiros por província segundo tipo de exploracao						
144CAP421	Número de coqueiros por província segundo tipo de exploracao						
144CAP52	Número de exploracoes por tipo de arvore de fruta segundo província						
144CAPQ11	Número de exploracoes agro-pecuarias por província e tipo de exploracao						
144CAP313	Área cultivada por hortícola segundo tipo de exploracao						
144CPD030	Produção de produtos vegetais derivados						
144CAP092	Número de exploracoes por provincia segundo tipo de meios de mecanizacao ou de transporte que utilizam por provincia						

Os dados sobre a produção das culturas são fornecidos pelo ministério da Agricultura através da Direcção de Economia.
Cabe a esta direcção a globalização de toda a produção agrária e a produção de relatórios periódicos, trimestrais, semestrais e anuais

Quadro 32 : Metadados de referencia de produtos animais e derivados

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados	
144CPD035	Número de animais vivos	Direcção de Economia e Direcção Nacional de Serviços Veterinários, Ministério da Agricultura	FAO	Nacional	A Direcção de Economia e a Direcção Nacional de Serviços Veterinários do ministério da Agricultura produz dados sobre efectivos pecuários e fornece informação sobre a produção de produtos pecuários	CAP, TIA e Arrolamento pecuário	Relatórios em papel; página electrónica	Decenal, anual, Trimestral, semestral	
144CAP073	Efectivos Pecuários por especie segundo a província								
144SPD035	Número de animais vivos por nível administrativo 1, produto e ano								
144CAP071	Número de exploracoes por espéciepecuária e tipo de exploracao	info@ine.gov.mz		Nacional, Provincial			CAP, TIA, Fontes Administrativas(DNSV)		Decenal, anual, semestral, trimestral
144CAP072	Número de exploracoes por espécie animal e província								
144CPD050	Produção de carne								
144CPD060	Produção de leite								
144CPD070	Produção de ovos								

A Direcção dos Serviços Veterinários, produtos com periodicidade informação sobre os efectivos pecuários
Existe informação sobre a vacinação do gado, banhos carracedidas e produção de carne e ovos.

Quadro 33 : Metadados de referência do comércio externo

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados			
144CTR010	Valor de Importação de produtos agrícolas e produtos de origem animal	INE, DESE	Sistema Harmonizado	Nacional	A recolha de dados está a cargo das Alfândegas de Moçambique.	INE	Web page e em papel	Trimestral e anual			
144CTR015	Valor de Exportação de produtos agrícolas e produtos de origem animal	afonso.uate@ine.gov.mz	FAO		Utiliza a nomenclatura internacional, o SH	Direcção Nacional das Alfândegas					
144CTR020	Valor de Re-exportação de produtos agrícolas e produtos de origem animal				O INE faz o processamento de acordo com a origem, destino, valor e posterior publicação						
144CTR025	Valor de Importação de Animais Vivos										
144CTR030	Valor de Exportação de Animais Vivos										
144CTR035	Valor de Re-exportação de Animais Vivos										
144CMA020	Valor Importado de maquinaria										
144CMA030	Valor Exportado de maquinaria										
144CPE015	Valor Importado pesticidas										
144CPE020	Valor Exportado de pesticidas										
144CFO025	Valor de Importação de produtos florestais										
144CFO030	Valor de Exportação de produtos florestais										
O INE possui um departamento que se encarrega com toda a estatística do comércio externo. Trabalha em estrita colaboração com a Direcção nacional das alfândegas para a uniformização dos conceitos e as boas práticas internacionais e também alimenta informação para a balança de pagamentos que é compilada pelo Banco Central											
Ainda não é possível fornecer com fieldade a informação sobre as quantid											

Quadro 34 : Metadados de referência de informação sobre a população

Quadro 6.1: Metodologias de Recenseamento de Informação sobre a População								
Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados
144CPO010	População total	info@ine.gov.mz	Segue os conceitos recomendados pelas Nações Unidas, FNUAP	Nacional	Os Censos têm periodicidade decenal. Após recolha e tratamento dos dados faz-se projecções da população	Recenseamento Geral da População e Habitação	Cd, papel, webpage	Decenal
	Homens							
	Mulheres	INE, DEMOVIS						
	População rural	xadregue.maunze@ine.gov.mz						
	População urbana							
	População agrícola							
	População não agrícola							
Com o Censo da população não só se fazem projecções da população como também se compilam vários indicadores sócio demográficos.								
O Censo é fundamental para o desenho da amostra mãe.								

Quadro 35 : Metadados de referência de informação sobre a disponibilidade de alimentos

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	de recolha de dados
144CFA010	Quantidade da disponibilidade de alimentos (toneladas)	Ministério da Indústria e Comércio; http://www.mic.gov.mz ;						
Além da informação fornecida pelo Ministério da Indústria e comércio, existe o PES, Plano Económico e social que é um documento do Ministério da Planificação e Desenvolvimento em que todos os outros ministérios devem reportar as produções sectoriais, suas metas de produção e o grau de realização da produção em relação ao planificado								

Quadro 36 : Metadados de referência sobre os preços

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados
144CPR010	Preços ao Produtor para Culturas básicas	Ministério da Agricultura, SIMA; Boene@yahoo.com		Nacional	Faz a recolha semanal dos preços de produtos básicos usando uma ficha de inquérito meio estruturada	Recolha em 25 mercados	Webpage, papel	Semanal , mensal
144CPR040	Índice de Preços ao Consumidor para Alimentos (IPC)	perpetua.michangula@ine.gov.mz	COICOP	Nacional	com base no inquérito aos orçamentos familiares, criou-se uma cesta de produtos por províncias.	Recolha junto aos mercados e lojas	Webpage, papel	Semanal , mensal

Quadro 37 : Metadados de referência de informação sobre a pesca

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados
144CFI010	Quantidade da Produção de Captura de Pescado (Total, águas interiores, águas marinhas)	Ministério das pescas; http://www.mozpeacas.gov.mz ;		Nacional		Relatórios das Pescas		
144CFI030	Quantidade da Produção da aquacultura de águas interiores	Direcção de Planificação e Estatística						
144CAP053	Quadro 6.1-número de explorações que praticam aquacultura em tanques individuais por província segundo o tipo de exploração							
144CFI040	Valor da Produção de aquacultura de águas interiores							
144CFI070	Quantidade e valores totais das importações anuais de produtos pesqueiros		Sistema Harmonizado	Nacional		Registos Alfandegários e Relatórios sectorial das pescas	Webpage	Trimestral e anual
144CFI080	Quantidade e valores totais das exportações anuais de produtos pesqueiros							

Quadro 38 : Metadados de referência de informação sobre o valor acrescentado

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados
144CVA010	Valor Agregado por setor (preços constantes)	monica.magaua@ine.gov.mz	ISIC,CPC	Nacional	De acordo com os procedimentos constantes no Sistema de contas Nacionais das Nações Unidas, SNA93	Inquéritos, relatórios sectoriais, IPC, TIA, PES	Webpage e papel	Trimestra, anual
144CVA020	Valor Agregado por setor (preços correntes)							

Quadro 39 : Metadados de referência de informação sobre a segurança alimentar

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados
		Ministério da Agricultura, SET	FAO	Nacional	Produção de dados e informação sobre a situação da segurança alimentar o país. A medida que realiza monitoria e avaliações produz relatórios técnicos	Inquéritos, relatórios sectoriais, IPC, TIA,	Webpage e papel	Anual
144CFA010	Quantidade da disponibilidade de alimentos							
	Previsão de produção de culturas	PES, MINAG	CPC	Nacional	Com base em percepções e dados históricos, os sectores fazem a previsão da produção para o ano n+1	fontes administrativas	Webpage e papel	Anual

Quadro 40 : Metadados de referência de informação sobre o uso da terra

Código da Matriz	Descrição	Contacto	Conceitos, Definições e Classificações	Cobertura Geográfica	Tratamento de dados	Fonte de dados	Método de difusão	Frequência de recolha de dados
144CLI010	Área - Uso da terra	Ministério da Coordenação Ambiental E INE/DESE; http://www.micoa.gov.mz ; Ministério da Agricultura		Nacional		Compêndio	Papel	Publicação única de 2004
144CFO010	Quantidade da Produção de produtos florestais	Minag, Direcção Nacional de Terras e Florestas			Produt dados sobre produção florestal, fauna bravia e terras.			

BIBLIOGRAFIA

1. anuário Estatístico da Agricultura, 2009
2. Carta Africana de Estatística
3. CAP 2009-2010; Resultados preliminares
4. INE; CD contendo as classificações conceitos e nomenclaturas de Moçambique.
5. Kiregyera, B e tal “Uma Avaliação do Sistema Nacional de Informação Agrária de Moçambique. Relatório de Avaliação, Maio2007
6. World Bank, 2009. Study paper; Economics of adaptation to climate change, EACC.
7. MICOA & INE; Compêndio de estatísticas do ambiente, 2004
8. Ministério das Pescas, Recenseamento da pesca Artesanal 2007

Contactos:

Domingos Diogo e Anselmo Nhane da equipa do Countrystat Moçambique